

**Instituto Superior de Psicologia Aplicada**

QUALIDADE DA RELAÇÃO FAMILIAR E CRIANÇAS COM PERTURBAÇÕES DE  
COMPORTAMENTO – ESTUDO DE CASO

**Carla de Almeida Correia**

Dissertação orientada por Cecília Mota Aguiar

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

**Mestre em Psicologia**

Especialidade em Psicologia Clínica

2008

Dissertação de Mestrado sob orientação de Cecília Mota Aguiar apresentada no Instituto Superior de Psicologia Aplicada para obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicologia Clínica conforme o despacho da DGES, nº 19673/2006 publicado em Diário da República 2ª série de 26 de Setembro, 2006.

Ao terminar este trabalho e com ele o conquistar do maior objectivo a que me propôs nos últimos anos, acabar o meu curso, não podia deixar de agradecer a todas as pessoas que tornaram possível esta investigação, bem como a todas as pessoas que me ajudaram a chegar até aqui e me acompanharam neste processo de crescimento pessoal.

À Dra. Cecília Mota Aguiar, primeiro, por nos ensinar, a nós alunos, o sentido e o prazer da investigação. Pelo seu apoio incondicional e incentivo ao longo desta investigação, por estar sempre disponível em partilhar os seus conhecimentos de uma forma rica e gratificante.

À Dra. Sandra Mota, por estar sempre disponível e confiar em mim.

Ao menino de 5 anos, por me ter deixado entrar no seu mundo e dar sentido a esta investigação.

À mãe e educadoras, por se demonstrarem sempre disponíveis, enriquecendo este estudo.

À Teresa, pela amizade de muitos anos e pelo apoio ao longo do curso.

Ao Paulo, pela amizade e pelas palavras de incentivo.

À Marta, por estar sempre disponível a ajudar, pelas suas palavras de motivação e valorização.

Ao João, por toda a dedicação, apoio, preocupação e paciência.

Ao meu irmão, pela amizade que fomos capazes de construir e por estar sempre ao meu lado.

Ao Tomás e ao Martim, por partilharem comigo os seus momentos de brincadeira e permitiram que a minha vida seja preenchida com mais alegria.

Por último, aos meus pais, a quem devo tudo, agradeço toda a compreensão, todo o carinho, palavras de apoio e incentivo. Sem eles tudo teria sido mais difícil.

## ÍNDICE

Introdução.....	1
Enquadramento teórico.....	3
Estilos Educacionais Parentais.....	12
Relação interparental.....	14
Relação parental.....	15
Comportamentos anti-sociais parentais.....	16
Vinculação/Envolvimento.....	17
Método.....	21
Participantes.....	21
Delineamento.....	23
Instrumentos.....	24
Procedimento.....	27
Apresentação e análise de resultados.....	29
Discussão.....	42
Implicações para a prática e conclusão.....	54
Limitações do estudo.....	57
Referências .....	58

### Lista de Figuras

Figura 1: Sentimentos da criança relativos a cada membro da família.....	29
Figura 2: Envolvimento total por parte da criança.....	30
Figura 3: Sentimentos de dependência por parte da criança.....	31
Figura 4: Contexto relacional e tipo de relação.....	36
Figura 5: Frequência das categorias encontradas através da análise documental....	40

### Lista de Quadros

Quadro 1: Frequência dos comportamentos disruptivos da criança em contexto de Jardim-de-infância.....	33
Quadro 2: Relação entre categorias de comportamento e actividades.....	34
Quadro3: Resultados do teste “Provas de Diagnóstico Pré-Escolar”.....	41

ÍNDICE ANEXOS

Anexo A: Grelha de observação.....	67
Anexo B: Entrevista à mãe.....	70
Anexo C: Construção de categorias e subcategorias.....	78
Anexo D: Descrições feitas pelas educadoras.....	82

## RESUMO

O estudo de caso centra-se numa criança de 5 anos, do sexo masculino, que começou por se destacar das outras crianças do jardim-de-infância por apresentar comportamentos desadequados, cada vez mais frequentes e mais intensos a nível de auto-agressão e hetero-agressividade. A criança pertence a uma família em que os pais estão separados, o pai está ausente, vendo a criança sensivelmente uma vez por ano. Esta criança tem vindo a crescer num ambiente de agressividade e conflitos interparentais em que a maioria das figuras familiares tem para com ela uma relação de hostilidade, agressividade e desinteresse. Atitudes de afecto, de protecção e preocupação são muito raras e substituídas por comportamentos anti-sociais, bem como por respostas desadequadas dadas pela própria família às suas necessidades. A análise das características familiares, dos comportamentos da criança, do tipo de relações estabelecidas com a criança, de como esta se vê e se sente no seio da sua família, desenvolvendo comportamentos anti-sociais como forma de exteriorizar sentimentos de raiva e angústia, levou à conclusão de uma ligação possível entre a qualidade da relação familiar e o desenvolvimento de perturbações de comportamento na infância.

Palavras-chave: criança; perturbações de comportamento; relação interparental; relação parental; relações familiares.

## ABSTRACT

This case study centers itself on a 5-year-old boy, that begun to differentiate himself from the rest of the children in the preschool by demonstrating a increasing number of inappropriate behavior, with recurring episodes of self- and hetero-aggression. The child comes from a separated family, with a absent father, who only sees the child once a year. This child has been raised on an aggressive environment, and has witnessed parental conflicts. Most family members developed a hostile relationship with the child, expressing random aggressiveness and lack of care. Tenderness displays, protection and caring are extremely rare in the family and are replaced by anti-social behaviors, and inappropriate responses to the child needs. The analysis of the family's characteristics, the child behavior, the type of relations developed with the child, the way he sees himself and feels as a part of the family, developing antisocial behaviors, how he shows and manages his feelings of anger and anxiety, led us to a conclusion, that there is a possible connection between the quality of the family connections, and the development of behavior problems during childhood.

Keywords: Child; behavior problems; inter-parental relationships; parental relation; family relations.

## INTRODUÇÃO

O interesse crescente pelas questões relacionadas com crianças que apresentam perturbações de comportamento concomitante com o interesse pelas relações familiares, levou a um processo de ligação entre os dois temas que se acredita poderem estar relacionados. A família tem um papel essencial na vida da criança, nomeadamente no que diz respeito à afectividade, à protecção e à promoção da segurança e aceitação pessoal. A família é proporcionadora de satisfação e sentimento de utilidade, é proporcionadora de estabilidade e socialização, é impositora de autoridade e do sentimento do que é correcto, é promotora de aprendizagem das regras, normas, direitos e obrigações e assegura a continuidade das relações (Stanhope, 1999). O mesmo autor acrescenta ainda que a família tem uma função de promoção da saúde, na medida em que deve proteger a criança, dando respostas às suas necessidades básicas. Para desenvolver a sua capacidade de confiar e de se relacionar com os outros, o ser humano necessita de se sentir protegido. Assim, os laços relacionais entre pais e filhos são indispensáveis para um desenvolvimento infantil saudável e permanecem ainda hoje como principal agente de socialização, transmissão de valores e comportamentos (Fonseca, 2002; Marcelli, 2005;).

A ideia de que a família tem uma influência preponderante sobre os comportamentos das crianças não é de hoje, especialmente quando falamos em crianças com perturbações de comportamento. É uma ideia que está cada vez mais enraizada nas preocupações da comunidade técnica e científica que se ocupa da investigação, diagnóstico e tratamento destas problemáticas (Benavente, s.d.). De acordo com a mesma autora, em Portugal, a prática clínica tem-se debruçado cada vez mais sobre esta problemática, já que este tipo de perturbação entre a população portuguesa tem crescido, apesar de não existirem dados estatísticos quanto à sua incidência.

Desta forma, julgou-se pertinente, como objectivo de estudo, compreender e analisar em que medida as relações familiares de crianças com perturbações de comportamento podem funcionar como factor de risco para o desenvolvimento desses comportamentos anti-sociais. A principal questão de investigação centra-se em verificar em que medida as relações familiares de crianças com perturbações do comportamento potenciam a emergência de comportamentos anti-sociais.

Com efeito, esta investigação, com todas as suas limitações, procurou explorar, analisando de uma forma qualitativa, diferentes aspectos de vida de uma criança com

perturbações de comportamento e da sua relação familiar, nomeadamente, características da própria criança, possíveis factores de risco e de protecção, relação e conflitos interparentais, atitudes educacionais, saúde e comportamento anti-social parental e investimento afectivo.

Sendo que a finalidade da pesquisa visa compreender o “caso” no seu todo e na sua unicidade, a nível de metodologia de investigação optou-se por fazer um estudo de caso. Como diz Punch (1998), no estudo de caso analisa-se em detalhe, em profundidade, no seu contexto natural, “o caso”, reconhecendo-se a sua complexidade. Este estudo propôs-se a uma investigação que envolve o estudo intensivo e detalhado de uma entidade que merece ser bem conhecida: crianças com perturbações de comportamento e suas relações familiares. A recolha de informação com recurso a múltiplas fontes e utilizando diversos métodos, demonstrou a preocupação de preservar o carácter único e específico do caso analisado.

O problema central aqui apresentado merece ser investigado, não só pela sua complexidade, mas principalmente por ser um tema que se debruça em compreender comportamentos, sentimentos e relações inerentes ao desenvolvimento psicossocial do ser humano. É um trabalho dirigido aos profissionais que se interessam por compreender a criança, os seus sentimentos e comportamentos, como reflexo das suas relações familiares.

## Enquadramento teórico

Tendo em conta o objectivo deste trabalho, em primeiro lugar tornou-se importante compreender o conceito de perturbações de comportamento. Quando se fala em crianças com esta perturbação, como o próprio nome indica, fala-se de crianças que apresentam com frequência distúrbios ao nível das suas condutas, isto é, que apresentam “um padrão de comportamento repetitivo e persistente, em que são violados os direitos básicos dos outros ou importantes regras ou normas sociais próprias para a idade” (Allen & Ross, 2004, pp.43). Os critérios de diagnóstico passam por agressão às pessoas e aos animais (ameaças e insultos frequentes), destruição da propriedade (própria ou alheia), falsificação ou roubo e violação grave das regras.

Este estudo centra-se em perturbações de “tipo início na 2ª infância” que, segundo Allen e Ross (2004), codifica o tipo de perturbação de comportamento em função da idade de início. Neste caso concreto, estão incluídas crianças que apresentem pelo menos uma das características do critério de perturbações de comportamento antes dos 10 anos. Para uma melhor compreensão do tema aqui exposto, é importante explicitar que ao falar-se de comportamentos anti-sociais, comportamentos desviantes, comportamentos disruptivos e ou problemas de conduta, tem-se sempre como base o conceito e significado de perturbações de comportamento, como constructo mais abrangente (i.e., todos os conceitos utilizados têm inerentes o mesmo significado).

As crianças com perturbações de comportamento, ao invés de se expressarem por palavras, destacam-se principalmente pelos seus comportamentos impulsivos e reactivos e pelo seu agir, um agir que não é reflectido (Kernberg & Chazan, 1992). Deparam-se essencialmente com uma “passagem ao acto” que, segundo Marcelli e Braconnier (2005), é, na maioria das vezes, violenta e agressiva, com carácter impulsivo e delituoso. Segundo os mesmos autores, esta impulsão ocorre fora de qualquer controlo e sob a influência da emoção, emoção essa incapaz de ser expressa por palavras, como se houvesse um constrangimento interno que impele o sujeito a ter determinado tipo de comportamento, um *acting-out* que apresenta um carácter de auto-agressão ou hetero-agressão.

Kernberg e Chazan (1992) descrevem as crianças com perturbações de comportamento como apresentando dificuldade em usar a linguagem para “comunicar, partilhar experiências ou expressar sentimentos” (p.14). De acordo com os mesmos autores, o pensamento reflexivo

nestas crianças não está imediatamente disponível e, por isso, não se apercebem da ligação que existe entre motivo, acção e consequência. Assim, quando tomam uma atitude mais agressiva para consigo ou para com outrem, as crianças não elaboram o pensamento de forma a ter essa consciência e compreensão, não tendo interiorizado dentro de si o motivo ou o que pode advir desse comportamento. Alguns autores refutam esta ideia, defendendo que os comportamentos anti-sociais acabam por se tornar funcionais muito cedo para estas crianças, na medida em que lhes proporcionam ganhos nas relações com os outros, repetindo-se em circunstâncias presentes e futuras (Patterson & Yoerger, 2002).

As crianças com perturbações de comportamento tendem a ter brincadeiras concretas e repetitivas, sem criatividade, o que se compreende uma vez que a criatividade está intimamente ligada à elaboração do pensamento e simbolização (Kernberg & Chazan, 1992). São brincadeiras agressivas e centradas no agir corporal. Estas crianças raramente expressam sentimentos de felicidade e prazer, apresentam-se com um sentimento de vazio, falta de esperança, humor predominantemente triste e apresentam uma baixa auto-estima (Kernberg & Chazan, 1992). Normalmente, estas crianças apresentam um défice cognitivo de atenção, de controlo dos impulsos, de capacidade de fazer julgamentos, intolerância à ansiedade e frustração, apresentando ainda um défice de linguagem e modelação dos afectos (Farrington, 2005; Kernberg & Chazan, 1992;).

Grizenko e Pawliuk (1994) definem estas crianças como tendo uma personalidade negativa, com tendência para a tristeza, desconfiança e ciúme e com necessidade de ser o centro das atenções, pois sentem-se negligenciadas e ansiosas. Autores como Lipsey e Derzon (citado por Farrington, 2005) referem que a impulsividade é a característica mais evidenciada por estas crianças, sendo que demonstram ainda falta de controlo do seu comportamento, hiperactividade e ansiedade, comportamento desajeitado, sem se importarem com os riscos que possam correr. Para além das características que se enunciou anteriormente, de acordo com Kernberg e Chazan (1992), crianças com perturbações de comportamento podem dividir-se em dois grupos: (a) crianças com perturbações de comportamento agressivo socializado [comportamento esse normalmente com início na fase de latência (cinco, seis anos) até ao início da adolescência], que manifestam alguma capacidade de relacionamento com companheiros, vinculações sociais, sentimentos de culpa, vergonha e remorso; e (b) crianças com perturbações de comportamento não socializado, que apresentam na fase da adolescência comportamentos anti-sociais, com uma grande incapacidade para compreender regras ou sentimentos de outros. Também Stattin e Magnusson (1996) distinguem dois grupos de

crianças com perturbações de comportamento: por um lado, crianças com sintomatologia precoce (antes dos nove anos) que se evidenciam por comportamentos de desafio, destruição e confronto físico; por outro lado, crianças com sintomatologia mais tardia que se evidenciam pela desobediência e ausências de casa até tarde. Em ambos os casos, há relação com delinquência futura.

De acordo com Brazelton e Sparrow (2006), é fundamental ter-se consciência da idade em que ocorrem os comportamentos desviantes das regras sociais. Com base na análise que fazem dos comportamentos das crianças, os autores afirmam que determinados problemas de comportamento, em determinadas fases de desenvolvimento da criança, não significam distúrbios nesse mesmo desenvolvimento. A intensidade e a frequência dos comportamentos é que se torna crucial para o diagnóstico. Ao reflectir-se sobre tudo o que foi dito, torna-se perceptível que estas crianças apresentam uma personalidade complexa, que vai muito além das problemáticas comportamentais. Existe um todo que deve ser analisado e compreendido. Daí a pertinência deste trabalho uma vez que pretende compreender e analisar os factores que podem estar relacionados com esta temática relacional.

Para autores como Grizenko e Pawliuk (1994), tornou-se importante identificar crianças em risco de desenvolver perturbações de comportamento, ou seja, compreender os factores que podem influenciar o desenvolvimento desses comportamentos e compreender os factores que possam funcionar como protecção e prevenção. Assim, o objectivo do estudo destes autores foi avaliar factores de risco e de protecção que poderiam estar relacionados com perturbações de comportamento nas crianças. Factores de risco foram definidos como possíveis indicadores para perturbações de comportamento e factores de protecção foram definidos como diminuidores significativos da predisposição para comportamentos disruptivos. Foram compostos dois grupos, um grupo de crianças com perturbações de comportamentos (26 rapazes e 24 raparigas) e um grupo de controlo com o mesmo número de participantes sem perturbações de comportamento. Os comportamentos foram avaliados através de um questionário passado aos pais das crianças, abrangendo questões relacionadas com factores de risco e de protecção (a) biológicos, (b) psicológicos e (c) sociais.

Os factores biológicos incluíam indicadores genéticos (e.g., alcoolismo, pais com distúrbios psicológicos) e indicadores biológicos como complicações perinatais e problemas de aprendizagem. Os factores psicológicos foram descritos por características pessoais (e.g., “ele chora”, “tem sentido de humor”) e também por possíveis abusos que podem afectar o funcionamento psicológico (e.g., “castigos frequentes”, “negligência emocional”). Os factores

sociais incluíram as relações sociais da criança (e.g., “se tem muitos amigos”), as condições de vida (e.g., “se tem muitos irmãos”, “se vive com ambos os pais”), a instabilidade social (e.g., “se existiram muitas mudanças de casa, de localidade”) e indicadores gerais da situação económica da família. Foram também tidos em conta momentos negativos recentes na vida das crianças, que incluíam separação, divórcio ou morte dos pais, abusos físicos ou sexuais e uma doença grave. Assim, neste estudo de Grizenko e Pawliuk (1994), os factores biológicos com maior influência para o desenvolvimento de perturbações de comportamento, em ambos os sexos, incluíam hiperactividade na infância, dificuldades de aprendizagem, complicações perinatais e história de depressão materna. Os riscos psicológicos com maior influência incluíam uma personalidade negativa da criança (ciumenta, ansiosa, com necessidade de ser o centro da atenção) e uma história de castigos frequentes e de negligência afectivo-emocional. Por último, os factores de risco sociais com maior incidência foram a mudança de escola e de casa com frequência (que revela um pobre ajustamento), pais imigrantes e violência em casa.

De acordo com a avaliação feita neste estudo agora descrito, há factores que exercem uma maior influência na emergência de perturbações de comportamento em crianças do sexo masculino, nomeadamente (a) factores de risco biológicos como faltar à escola pelo menos um ano por motivo de doença e hiperactividade na infância, (b) factores de risco psicológicos como história de abusos físicos, castigos frequentes, ciúme e solidão, e (c) factores de risco sociais, como mudar de escola mais de quatro vezes. Neste grupo, os factores de risco psicológico e biológico apresentavam maior incidência que os factores de risco social (92%, 90% e 74%, respectivamente). Nas crianças do sexo feminino, verificava-se uma influência muito significativa e equitativa na emergência de perturbações de comportamento, dos diferentes níveis de factores de risco: a nível biológico destacam-se as dificuldades de aprendizagem (81%), a nível psicológico destaca-se tristeza frequente (82%) e a nível social, ser imigrante e violência em casa (82%).

Relativamente aos factores de protecção, que diminuem o risco de perturbações de comportamento, os factores psicológicos são os que se destacam em ambos os sexos como forma de prevenir e diminuir o risco de desenvolver comportamentos anti-sociais. No sexo masculino, saber lidar com o *stress* e uma adaptação adequada à mudança são factores de protecção psicológica importantes, bem como uma média escolar superior (factor biológico) e uma boa relação com os avós (factor social). Nas crianças de sexo feminino, a nível psicológico destaca-se igualmente o saber gerir o *stress* e ter uma imagem positiva de si. Um temperamento feliz em criança e ter mais do que dois passatempos são igualmente factores

que podem diminuir o risco de adopção de comportamentos desviantes. Identificar certos factores que podem proteger ou que podem ser um risco para o desenvolvimento de perturbações de comportamento é crucial, contudo, é igualmente fundamental reconhecer que esses factores diferem de indivíduo para indivíduo (Rutter 1990, citado por Grizenko & Pawliuk, 1994).

Para além de estudos que procuram compreender factores de risco e de protecção, muitos estudos têm procurado compreender e identificar os factores da família que influenciam o aparecimento de perturbações de comportamento (Farrington & Smith, 2004; Harrington, Jaffe, Belsky, Moffitt, & Caspi, 2006; Johnson et al, 2000; Wasserman, Ehrensatt, Verdelli, Greenwald, Miller & Davies, 2003;). De acordo com Farrington e Smith (2004), existem indicadores evidentes para que seja possível dizer-se que os comportamentos anti-sociais podem estar relacionados com um contínuo intergeracional, em que o modelo parental desempenha um papel fundamental no desenvolvimento desses comportamentos. Os autores recolheram dados sobre três gerações sucessivas ao longo de 24 anos, com o objectivo de avaliar se os comportamentos anti-sociais dos pais podiam influenciar o comportamento dos filhos em, pelo menos, duas gerações. As gerações presentes neste estudo foram descritas como G1 (primeira geração), G2 (segunda geração) e G3 (terceira geração). No primeiro momento de recolha de dados, a geração G2, do sexo masculino, tinha entre 8 e 10 anos de idade; foi feita uma avaliação dos seus problemas de conduta, bem como da conduta dos seus pais e do registo criminal da família. Fizeram-se entrevistas aos pais com o apoio de assistentes sociais, aplicaram-se questionários aos professores da geração G2 quando as crianças tinham respectivamente 8, 10, 12 e 14 anos de idade, sendo também aplicados testes psicológicos. Posteriormente, na geração G3 foi preenchida uma lista de comportamentos anti-sociais referentes a estas crianças de sexos diferentes e com idades compreendidas entre os 3 e 15 anos, sendo feita também uma entrevista aos pais.

A lógica do modelo representado pelo estudo anterior seria que os comportamentos anti-sociais e a qualidade parental de G1 poderiam influenciar, directa ou indirectamente, os comportamentos de G2, especialmente na idade adulta. Por outro lado, o comportamento parental de G2 poderia, por sua vez, influenciar o desenvolvimento de comportamentos anti-sociais em G3. Os resultados demonstraram que, quando os pais apresentavam, em adultos, problemas de conduta, a percentagem de filhos com esses mesmos problemas era muito superior às crianças cujos pais não apresentavam problemas comportamentais. Ao nível do papel parental e das suas práticas, os resultados demonstravam que, em ambas as gerações, a

presença de pais autoritários e conflituosos, bem como a existência de conflitos no casal seriam os principais factores de risco para o desenvolvimento de comportamentos problemáticos. Para concluir, os autores verificaram que não existe apenas uma relação entre comportamento anti-social dos pais e comportamento anti-social dos filhos ao longo de duas gerações, mas existe igualmente uma relação entre uma má adaptação parental e problemas de comportamento dos filhos em duas gerações sucessivas (Farrington & Smith, 2004). Concomitantemente, resultados de estudos comparativos com crianças adoptadas mostram que há uma maior associação entre comportamentos desviantes de pais e filhos biológicos, do que entre pais e filhos adoptivos (McCord, 2002). Por sua vez, Diatkine, Lebovici e Soulé (1985) afastam-se das concepções genéticas e biológicas, dando especial enfoque à ligação afectiva. Segundo os autores, crianças com perturbações de comportamento que tiveram nas suas primeiras relações uma série de abandonos e reencontros sem separação física, podem construir dentro de si uma recordação traumática, desenvolvendo ao longo do seu crescimento comportamentos desviantes.

Factores de risco como um temperamento com características designadas de difíceis, personalidade negativa, impulsividade da criança, a existência de um baixo quociente de inteligência (Q.I.), um fraco aproveitamento escolar, dificuldades cognitivas e de linguagem, violência e abusos na infância, ambiente familiar e social (pais e comunidade) desajustado, são apresentados por diversos autores como explicativos dos comportamentos desajustados das crianças (Farrington, 2005; Rutter, 2003; Wasserman et al., 2003). O temperamento difícil e a impulsividade nestas crianças podem estar relacionados com a falta de controlo dos seus comportamentos, um nível de insensibilidade precoce e um défice a nível emocional que estimula estados emocionais negativos (Rutter, 2003). Por sua vez, estas características que potenciam os comportamentos anti-sociais encontram-se mais presentes em crianças que sofrem de violência física, castigos e rejeição (Farrington, 2005; Rutter, 2003;). Relativamente à presença de um Q.I. baixo e das restantes dificuldades enumeradas anteriormente, relacionadas com falta de competências, segundo Farrington (2005), podem estar relacionadas com um défice nas funções executivas do cérebro, localizadas no lóbulo frontal. Estas funções estão relacionadas com a capacidade de atenção, concentração, formulação de objectivos, regulação e inibição de comportamentos inapropriados, capacidades estas que, quando não estão presentes, facilitam o desenvolvimento de comportamentos desajustados.

O objectivo deste estudo centra-se essencialmente nas características da família e das relações familiares que potenciam o desenvolvimento de perturbações de comportamento nas crianças. Tendo por base a literatura previamente apresentada, partiremos do pressuposto que as perturbações de comportamento têm o seu desenvolvimento dentro do núcleo familiar e das suas relações. Torna-se, assim, de extrema importância compreender e analisar as características familiares, determinando a forma como os pais vêem e sentem o comportamento dos seus filhos e, por outro lado, determinando a forma como os filhos vêem e sentem a sua família e as suas relações. Dickstein (1999), focando-se na teoria de Bowlby, faz-nos ver a família, por um lado como um factor de protecção, quando estamos perante um grupo organizado, com ligações fortes, com capacidade de protecção, com capacidade para responder adequadamente a angústias e com capacidade de trabalhar as competências sociais. Por outro lado, como um factor de risco, se não existir estabilidade e coesão, levando a desorganização e instabilidade na criança.

De acordo com Collins e Collins (1990), as famílias das crianças com perturbações de comportamento estão cansadas de serem acusadas pelos comportamentos desajustados dos seus filhos, principalmente pelos profissionais que, na sua maioria, as acusam de inadequadas. De acordo com os autores, as famílias sentem-se colocadas de parte quando se fala no problema dos seus filhos e, muitas vezes, os pais sentem-se culpados pelos problemas comportamentais dos filhos. As mães sentem-se confusas, zangadas, frustradas e debilitadas, sem capacidade de dar resposta ao que esperam delas. Por outro lado, a maioria dos profissionais que trabalham com as crianças com sérios problemas emocionais, comportamentais e mentais, olham para os pais como principais causadores desses transtornos (Johnson et al., 2000). Os mesmos autores consideram ainda que a preocupação dos profissionais é trabalhar cada vez mais com os pais e no ambiente da família, pois a sua maioria tem dificuldade em aceitar os pais como suficientemente competentes para assumir o papel de educadores destas crianças. De acordo com Collins e Collins (1990), a percepção dos profissionais é a de que a família tem muito pouco conhecimento acerca do problema em questão, colocando-se à margem, acreditando que as suas atitudes estão correctas e que a culpa estará “em outro alguém”.

Será justificação suficiente os pais sentirem-se culpados? Os profissionais acreditam realmente que os pais disfuncionais influenciam a emergência de perturbações emocionais nos filhos? Johnson et al. (2000) apresentam três constructos ou modelos mentais explicativos para as perturbações de comportamento nas crianças, que se relacionam com o papel dos pais

na saúde mental dos filhos: (a) a criança exibe perturbações de comportamento porque as suas estruturas intrapsíquicas estão desestruturadas e os comportamentos parentais influenciam o seu desenvolvimento psíquico (constructo psicodinâmico); (b) as crianças exibem perturbações de comportamento porque são parte integrante de um sistema familiar disfuncional, sendo as receptoras principais de todos os problemas (constructo do sistema familiar); (c) as crianças exibem perturbações de comportamento porque apreenderam que os comportamentos lhes poderiam trazer recompensas, não tendo alternativas positivas (constructo comportamental). Johnston e Freeman (1997) compararam pais de crianças com perturbações de comportamento e pais de crianças sem as mesmas perturbações, verificando que os primeiros, embora se possam sentir frustrados com os comportamentos dos seus filhos, atribuem as características dos mesmos comportamentos a causas internas que os filhos não conseguem controlar, a causas biológicas como uma doença crónica, descentralizando-se do problema. Autores como Klapan e Sadock (citado por Johnson et al., 2000) admitem que a família e a relação parental tem uma grande responsabilidade sobre este tipo de problemas comportamentais nas crianças, que podem estar relacionados com problemas emocionais e mentais dos próprios pais, reflectindo-se nos filhos.

De acordo com Johnson et al. (2000), existem boas razões para acreditar que as interacções que se repetem ao longo dos anos entre pais e filhos influenciam profundamente a aprendizagem que a criança faz acerca das outras pessoas, do mundo e delas próprias, pois são o seu exemplo relacional. No mesmo sentido, Harrington et al. (2006) afirmam que pais com uma história de comportamento desviante na adolescência estão em maior risco de prolongar esses comportamentos até à idade adulta, afectando as condições em que vivem e se desenvolvem os seus filhos. Contudo, segundo Farrington e Smith (2004), o facto de os pais terem tido comportamentos anti-sociais na infância ou adolescência, não significa que os filhos desenvolvam os mesmos comportamentos uma vez que a atitude parental terá uma influência predominante.

Os estudos até aqui abordados remetem para a importância da família e da sua qualidade relacional em crianças que desenvolvem perturbações de comportamento. Desta forma, torna-se compreensível o interesse em se estudar possíveis características familiares que potenciem perturbações de comportamento nas crianças.

De acordo com Fonseca (2002), diferentes autores têm interesse por estudar e compreender diferentes variáveis e características correspondentes à estrutura e

funcionamento da família. Alguns autores (Jang & Smith, 1993, citado por Le Blanc & Janosz, 2002; McCord, 1979; West & Farrington, 1973, citado por Le Blanc & Janosz, 2002;) interessam-se mais por estudar variáveis relativas aos vínculos familiares (vinculação aos pais, envolvimento em actividades em comum), outros interessam-se mais por variáveis relativas à estrutura familiar (estatuto socioeconómico e dimensão da família) e outros ainda interessam-se pelo controlo parental (supervisão e punições). Contudo, a família é, sem dúvida, um sistema integrando diversos componentes, tornando-se necessário avaliar todas as suas fragilidades e potencialidades.

Segundo Fonseca e Simões (2002) as variáveis da família mais relevantes para a abordagem e estudo do comportamento anti-social são, por um lado, os aspectos estruturais e, por outro, os aspectos funcionais. Dentro dos aspectos estruturais encontram-se o nível socioeconómico, o nível de instrução dos pais, o número de irmãos [uma vez que famílias numerosas podem levar a contextos de delinquência, devido a um desajustamento interno já existente na família (Fischer 1984, cit. por Farrington, 2005)], a integração ou não das famílias, a zona e as condições de residência. Relativamente aos aspectos funcionais, destacam-se os conflitos no casal, negligência ou abandono dos filhos por parte dos pais, existência de pessoas em casa que proporcionem modelos desses comportamentos. As crianças com perturbações de comportamento são, muitas vezes, encontradas em famílias disfuncionais, com distúrbios e desintegradas da vizinhança, o pai pode estar ausente ou os pais estão divorciados ou separados. A criança confronta-se constantemente com conflitos, pode passar por rejeições, negligência, abusos físicos e emocionais e por uma disciplina agressiva (Farrington, 2005; Fonseca & Simões, 2002;). Estas famílias vivem muitas vezes em zonas pobres, vizinhança com pouco sentido de comunidade e partilha, com elevada taxa de criminalidade e grupos de adolescentes pelas ruas (Harvard Mental Health Letter, 2005).

Loeber e Stouthamer-Loeber (citado por Le Blanc & Janosz, 2002) apresentam um resumo de variáveis da família, associadas aos distúrbios de comportamento na criança, que se relaciona e complementa a ideia do autor anterior:

envolvimento dos pais com a criança e envolvimento da criança com os pais, supervisão, disciplina, rejeição da criança pelos pais e dos pais pela criança, criminalidade dos pais, valores desviantes ou agressividade, relações conjugais, ausência e saúde dos pais, dimensão da família e factores familiares compósitos (p.44).

Estes autores compararam a importância relativa destas variáveis associadas individualmente a distúrbios de comportamento, concluindo que a rejeição da criança por

parte dos pais e a supervisão desadequada apresentavam uma maior associação com os comportamentos desviantes. Seguidamente, encontravam-se a falta de actividades em comum, a disciplina, o comportamento parental desviante e a dimensão da família. Em último, com menos associação aos problemas de conduta destacavam-se as relações matrimoniais, dissolução do casal e saúde dos pais. O envolvimento em actividades comuns entre pais e filhos ajuda na comunicação entre eles, permitindo uma identificação afectiva e promovendo a aceitação por parte da criança que, através de uma vinculação mais segura poderá aceitar mais facilmente as atitudes e valores parentais, bem como a supervisão parental e castigos, adoptando assim comportamentos mais adequados (Le Blanc & Janosz, 2002). Desta forma, tornou-se importante conhecer e compreender, com mais profundidade, os estilos educativos parentais que podem estar relacionados com as famílias de crianças que apresentam perturbações de comportamento, as relações interparentais e relações parentais, os comportamentos anti-sociais e, por último, a vinculação/envolvimento existente nestas famílias.

#### *Estilos Educativos Parentais*

De acordo com Fonseca e Simões (2002), as famílias de crianças com perturbações de comportamento podem caracterizar-se pela falta de competências educativas dos pais, uma vez que demonstram falta de capacidade para supervisionar os filhos, falta de capacidade para disciplinar sem abusar da sua autoridade, falta de capacidade de respeito mútuo, assim como, falta de capacidade de proteger a criança de riscos. Wells e Rankin (cit. por Le Blanc & Janosz, 2002) mostram, na sua revisão de literatura, que a relação entre família disfuncional e comportamentos problemáticos nas crianças é forte e significativa, isto é, quanto mais fracos forem os laços relacionais e quanto mais a família não funcionar no sentido de proteger a criança, maior a probabilidade de se desenvolverem perturbações de comportamento.

No estudo intergeracional de Farrington e Smith (2004), de que se falou anteriormente, verificou-se que uma educação parental autoritária concomitante com uma pobre supervisão parental, leva a que os filhos desenvolvam comportamentos mais agressivos e disruptivos, podendo apresentar perturbações de comportamento na adolescência e fase adulta. Relativamente a uma educação parental que privilegie um estilo coercivo, Farrington (2005) caracteriza essa educação como apresentando normalmente comportamentos parentais num nível autoritário, restritivo, de exigência extrema e desproporcionada a nível de obediência, abusiva em castigos e punições, maioritariamente despropositados e injustificáveis. Segundo

o autor, trata-se de uma atitude parental primordialmente distante e fria, que pressupõe uma fraca e pobre supervisão parental, que se entenda, sem qualquer controlo e interesse pelos comportamentos e sentimentos dos seus filhos, e com uma deficiente monitorização desses comportamentos. Nestes casos, a educação parental vai no sentido de impor forçosamente regras, substituindo uma disciplina que deveria ser sensível por uma disciplina inconsistente e agressiva.

A função da família deverá ser a de supervisionar os filhos, chamar a atenção para o seu comportamento irreflectido e impulsivo, não só por palavras, mas principalmente por acções correctas que eles possam ter como referência, podendo imitá-las. As crianças com comportamentos disruptivos precisam de aprender a auto-controlar-se, a pensar nas consequências dos seus actos, através da acção educativa dos pais (Fonseca & Simões, 2002). Para os autores, as perturbações de comportamento estariam relacionadas com a falta de socialização da criança na sua própria família. Desta forma, as famílias com estas características educacionais que, por sua vez, promovem comportamentos anti-sociais, não conseguem ensinar às crianças competências pró-sociais, essenciais à sua adaptação em sociedade e essenciais ao seu próprio desenvolvimento pessoal (Marcelli, 2005).

A percepção, as atitudes e as crenças individuais são factores importantes para a compreensão dos estilos parentais e do seu possível impacto no desenvolvimento das crianças (Lisi & Lisi, 2007). Há 40 anos atrás, Baumrind (citado por Lisi & Lisi, 2007) identificou diferentes estilos de educação parental: autoritária, autoritativa e permissiva. Numa educação autoritária, os pais forçam as regras de forma rígida, bem como os valores de obediência, desvalorizando a conversa com a criança. Numa educação autoritativa, os pais também se preocupam com as regras e limites, mas não de forma impositiva, solicitam a opinião da criança, sendo pais afectuosos e envolventes. Os pais permissivos não impõem limites e raramente disciplinam, são afectuosos e aceitam com facilidade, dando, na maioria das vezes, apoio incondicional a todos os comportamentos da criança.

De acordo com Wolfradt, Hempel e Miles (2003), crianças com uma educação autoritativa adquirem mais competências escolares, alcançam melhor os seus objectivos, são mais independentes, amigáveis e cooperativas. Raramente sofrem de depressão ou ansiedade e apresentam baixos níveis de perturbações de comportamento. Contudo, de acordo com Lisi e Lisi (2007), muitos adultos continuam a acreditar que a obediência extrema e o castigo são a melhor maneira das crianças adquirirem um carácter forte e competitivo. Os indivíduos que acreditam que as crianças são impulsivas por natureza, por necessidade e/ou porque procuram

essa estrutura, adoptam uma postura autoritária na educação (Baumrind, 1967, citado por Lisi & Lisi, 2007). De acordo com o estudo dos mesmos autores, conclui-se que crianças que vivem num ambiente familiar com pais com atitudes de autoridade, mas que são afectuosos, desenvolvem-se e vêem a família como um suporte positivo, ao contrário de crianças que vivem num ambiente de educação autoritária, em que a afectividade é substituída pela disciplina firme.

Patterson e Yoerger (2002) relativamente à influência familiar no desenvolvimento de comportamentos desviantes, dizem que esta problemática pode estar associada, não só, à falta práticas educativas parentais, como também, à falta de reforços positivos que promovam a resolução de problemas na família.

#### *Relação interparental*

Torna-se plausível afirmar-se que muitas crianças em risco vivem a maior parte do tempo em ambientes coercivos. Farrington (2005), centrando-se na característica funcional relacionada com os conflitos familiares, aponta para o facto desta estar relacionada com relações conjugais difíceis e infelizes, em que as crianças podem ficar expostas a agressões físicas e psicológicas, acabando por serem vítimas das mesmas agressões. Quando as crianças estão expostas a um ambiente de conflitos parentais destrutivos podem ser afectadas cognitivamente e afectivamente, desenvolvendo problemas psicológicos e comportamentais (Davies, Sturge-Apple, Winter, Cummings & Farrel, 2006).

De acordo com os mesmos autores, a segurança e o equilíbrio emocional são muito importantes no subsistema interparental, pois a ameaça das relações interparentais conflituosas influencia o processo de organização das experiências emocionais subjectivas da criança, podendo esta apresentar sentimentos de medo e de tristeza, problemas comportamentais e uma visão distorcida do seu *self*, que se desenvolve no conflito interno. Marcelli (2005) analisa o perfil destas famílias, salientando que a história do casal pode apresentar muitas rupturas e novas uniões transitórias e que a violência nas relações entre os adultos se torna habitual. O divórcio é defendido por alguns autores como um factor funcional de risco para o desenvolvimento de perturbações de comportamento. Contudo, Emery, Waldron, Kitzman e Aaron (1999) referem que não é o divórcio em si que pode influenciar perturbações de comportamento, mas antes o comportamento anti-social dos pais nestas situações. Rutter (citado por Marcelli, 2005) acrescenta que é o desentendimento parental, a

discórdia familiar e a participação directa ou indirecta da criança nestes conflitos, que influencia as perturbações de comportamento.

Para além do divórcio, ou melhor, dos conflitos que dele advêm, a ausência de um dos pais é igualmente considerada um factor de risco para o desenvolvimento de perturbações de comportamento na infância. Assim, julga-se importante fazer também referência ao número de famílias monoparentais, que tem vindo a aumentar desde 1970. Em Portugal, o total de núcleos de famílias monoparentais com filhos, em 1991, era de 13,1% e, em 2001, de 17,9% (Wall, 2003). Relativamente ao recenseamento de 2001, em Portugal, pôde-se verificar que os agregados identificados por “Mãe com filhos” (260.779) representam 6,5 vezes o número de casos de “Pai com filhos” (40.538), seguindo-se os casos de “Avó com netos” (10.712) e, por último, “Avô com netos” (934) (Marktest, 2006). Esta estrutura familiar, para além de poder estar associada a pobreza, poderá estar principalmente ligada a privação relacional, o que, para a criança, significa ter de viver sem um dos seus progenitores e sem, por vezes, nunca o ter conhecido e sem ter qualquer informação, o que pode ter consequências na sua vida comportamental, relacional e afectiva (Marcelli, 2005). De acordo com o mesmo autor, tudo dependerá da qualidade relacional que o outro progenitor consiga oferecer.

### *Relação parental*

A relação interparental conflituosa reflecte-se no relacionamento entre pais e crianças, caracterizado por zangas frequentes, com duras agressões físicas e castigos, com claro desagrado e revolta por parte dos filhos (Farrington, 1990). Lidz (1969, citado por Shek, 1996) refere que uma qualidade relacional interparental pobre pode contribuir para o desgaste da relação entre pais e filhos, ou seja, a relação interparental conflituosa pode suscitar dificuldades no relacionamento entre pais e filhos. Belsky (1990, citado por Shek, 1996) reforça a ideia anterior, dizendo que os pais com uma relação conflituosa, pais insatisfeitos com a sua relação, podem exercer comportamentos hostis e punitivos para com os filhos, podem passar a ser menos calorosos, menos moderados e menos afectuosos.

Snyder e Patterson (1995, citado por Patterson & Yoerger, 2002) dizem que o comportamento anti-social nas crianças deve ser compreendido e analisado no contexto das reacções espontâneas dos pais e dos irmãos e na construção das relações com os pares. A atitude dos pais e irmãos pode influenciar os comportamentos coercivos nas crianças, como

gritar, fazer birras e bater, pois a família é o modelo comportamental observado e, nestas famílias, os comportamentos coercivos podem adquirir uma função que será apreendida pela criança, adoptando os comportamentos anti-sociais como sendo funcionais para a sua realidade, criando-se crianças desviantes e sem competências sociais. As crianças aprendem o que funciona e não funciona nas famílias. Portanto, aquilo que as crianças aprendem nas famílias ditas normais acaba por ser diferente do que poderão aprender nas famílias expostas a grande *stress* (Patterson, 1995, citado por Patterson & Yoerger, 2002). Na perspectiva destes autores, numa família mais estruturada, a criança reconhece que comportamentos como falar, rir e negociar, ou seja, comportamentos identificados como pró-sociais, surgem normalmente depois de um conflito. Nas famílias menos adequadas, os comportamentos pró-sociais são substituídos por comportamentos coercivos, que aparecem com maior relevo e frequência no desenrolar e fim do conflito. Assim, nas famílias em que os filhos apresentam problemas, os comportamentos pró-sociais tornam-se insuficientes e ineficazes para o fim dos conflitos. Na perspectiva dos autores referidos anteriormente, estas famílias não apoiam o desenvolvimento e aprendizagem de competências pró-sociais dos filhos, não se envolvem suficientemente e adequadamente na educação dos filhos desde muito cedo e as suas reacções dependem principalmente do seu humor. Desta forma, e segundo este modelo comportamental anti-social, uma criança agressiva vai procurar no seu comportamento a correspondência entre o mesmo e as reacções da família, ou seja, o seu comportamento terá de ir no sentido das atitudes familiares que encontra no seu meio envolvente.

Patterson e Yoerger (2002) concluem ainda que as práticas educativas dos pais podem influenciar indirectamente alguns comportamentos pró-sociais, enquanto que os comportamentos anti-sociais dos mesmos fornecem um contributo directo para o comportamento dos seus filhos.

### *Comportamentos anti-sociais*

De acordo com a linha de pensamento de Patterson e Yoerger (2002), os pais das crianças com perturbações de comportamento apresentam, na maior parte das vezes, comportamentos anti-sociais, podendo-se destacar, entre outros, comportamentos extremamente impulsivos, hostis e agressivos, com consumo de substâncias (álcool e drogas), perturbações mentais (repressão e ansiedade) e perturbações de personalidade (Farrington, 2005; Johnstone & Cooke, 2002). Sendo a psicopatologia dos pais uma característica de risco

para o desenvolvimento de comportamentos desviantes na infância, Rutter e Quinton (1984, citado por Johnstone & Cooke, 2002), dizem que:

O maior risco não vem da própria doença, mas antes das perturbações psicossociais associadas que existem na família... a hostilidade, a irritabilidade, a agressão e a violência dos pais eram mais importantes que os sintomas afectivos ou do que as manifestações psicóticas. Tanto os conflitos entre os pais como a hostilidade em relação à criança eram factores determinantes (p. 324).

### *Envolvimento/vinculação*

Ruth, Alpern e Repacholi (1993) e Wasserman et al. (2003) verificaram que, para além das práticas desajustadas da relação parental, o comportamento anti-social materno (mães deprimidas, mães agressivas, mães que tomam substâncias) é um grande impulsionador para comportamentos perturbados na infância, especialmente nos rapazes. Um envolvimento materno pobre com a criança, comportamentos maternos hostis e intrusivos e a presença de sérios problemas psicossociais na mãe, segundo estes autores, são factores de risco que podem influenciar problemas de conduta nas crianças durante os anos escolares.

A teoria da vinculação, elaborada por Bowlby (1973), defende que a necessidade de protecção e de suporte é imprescindível à sobrevivência e desenvolvimento do ser humano, sendo que o objectivo do sistema de vinculação é a regulação dos comportamentos. O mesmo autor sugeriu que as interacções entre adultos e crianças, quando se está perante uma vinculação segura, são necessárias para um desenvolvimento emocional e crescimento saudável. van IJzendoorn (2002), por sua vez, coloca a hipótese de que, crianças com uma vinculação insegura ao seu cuidador terão mais dificuldade em interiorizar sentimentos de empatia e normas parentais, vivendo um estilo parental marcado pela rejeição. O seu comportamento anti-social pode reproduzir o comportamento ao qual estiveram sujeitas desde que nasceram. Por sua vez, as crianças seguras podem ter menos necessidade de chamar a atenção, ter menos necessidade de atrair a proximidade dos pais através de problemas de comportamento, do que as crianças inseguras que podem sentir-se negligenciadas ou rejeitadas pela figura de vinculação (Greenberg & Speltz, citado por van IJzendoorn, 2002).

Desta forma, van IJzendoorn (2002) chama a atenção para uma possível ligação entre relações de vinculação das crianças, o seu desenvolvimento moral e o seu comportamento anti-social. A capacidade de ter sentimentos de empatia pelo sofrimento dos outros, a tendência para obedecer às ordens dos pais, ou seja, o início do desenvolvimento da moralidade, pode estar associada a uma relação com uma figura de vinculação primária. O mesmo autor sugere assim que os problemas de vinculação e as relações de vinculação

insegura podem estar na origem do comportamento agressivo, anti-social na infância, adolescência e no início da vida adulta.

Ruth et al. (1993) verificaram uma associação entre a vinculação aos 18 meses e os problemas de comportamento da criança aos 5 anos, concluindo que a vinculação insegura e desorganizada na primeira infância influencia significativamente os comportamentos agressivos das crianças no período pré-escolar. Stayton, Hogan e Ainsworth (1971) verificaram que as mães de crianças mais seguras demonstram usar uma disciplina indutiva, uma interacção física mais amena e tons de voz mais calorosos para dar ordens aos seus filhos, do que as mães de crianças inseguras.

De acordo com Deklyn e Speltz (citado por Johnstone & Cooke, 2002), interacções entre pais e filhos que se baseiam em hostilidade e agressão, especialmente se os pais não são capazes de responder adequadamente às necessidades dos filhos, podem levar a que a criança apresente ou desenvolva um repertório comportamental imaturo, com birras, oposição e agressão. A criança com estes comportamentos pode ter como objectivo ganhar a atenção do adulto, procurando relações interpessoais mais positivas. Os mesmos autores dizem que as interacções entre pais e filhos caracterizadas por hostilidade e agressão podem despoletar na criança modelos de relação cognitivo-afectivos assentes na incerteza, raiva, ansiedade e medo.

Por outro lado, contextos relacionais positivos aumentam a probabilidade de ocorrerem comportamentos de obediência por parte da criança, ajudando na construção e desenvolvimento do seu controlo interno (Maccoby, 1983).

Posto isto, a exposição da família a acontecimentos *stressantes* pode estar associada a problemas comportamentais nas crianças. A multiplicidade desses acontecimentos como uma relação interparental conflituosa, cuidadores com psicopatologias, abusos físicos e sexuais por parte dos cuidadores, divórcio dos pais, morte dos pais ou de algum familiar, podem estar associados a comportamentos anti-sociais (Jackson, Sifers, Warren, & Velasquez, 2003). Contudo, os mesmos autores referenciam que esta relação entre acontecimentos *stressantes* e desenvolvimento de problemas comportamentais não é necessariamente directa, tendo por detrás outras variáveis que, por um lado, podem aumentar a probabilidade dessa relação, considerados factores de risco, e, por outro lado, podem diminuir essa tendência, os factores de protecção. Seguindo esta linha de pensamento, alguns estudos (Seittege-Krenke, 1995, citado por Jackson et al., 2003; Wymar, Cowen, Work, & Parker, 1991) revelam características familiares que podem influenciar positivamente as reacções comportamentais e psicológicas das crianças perante acontecimentos problemáticos na família em que estão

inseridas. Destacam-se a existência de relações positivas com membros da família, oportunidades de crescer independentemente, dentro da família, conseguindo alcançar os seus objectivos, com uma orientação adequada, a organização e as regras na vida familiar, que podem funcionar como factores de protecção. Wymar et al. (1991) dizem que construir uma relação primária positiva com os cuidadores, um ambiente familiar estável e práticas disciplinares consistentes, influenciam positivamente um ajustamento comportamental da criança, podendo ajudá-la a desenvolver estratégias relacionais mais adequadas.

Justifica-se, no quadro do trabalho empírico de que damos conta no presente estudo, ter-se vindo a reflectir sobre as características funcionais familiares como, estilos educativos parentais, relação interparental conflituosa, comportamentos parentais anti-sociais e implicações de vinculação insegura, no sentido de compreender e analisar a sua relação com as perturbações comportamentais das crianças, dentro da sua família. Contudo, o objectivo deste estudo está para além de compreender a relação entre características familiares e perturbações de comportamento, indo também no sentido de dar a conhecer formas de prevenir e trabalhar as problemáticas comportamentais.

Segundo Patterson e Yoerger (2002), as famílias que permitem que os comportamentos anti-sociais se desenvolvam desde cedo, desde o período pré-escolar, estão a criar filhos não só desviantes, como também sem qualquer tipo de competências pró-sociais. Desta forma, passa a ser crucial estar-se atento precocemente e fazer-se uma avaliação dos comportamentos das crianças, assim como das próprias famílias, no sentido de intervir na qualidade destas relações (Shaw, Dishion, Suppler, Gardner, & Arnds, 2006). Relativamente a uma intervenção directa com as crianças, Grizenko e Pawliuk (1994) afirmam que as terapias de grupo ajudam as crianças a falar de si, dos seus sentimentos, a expressarem-se por palavras e a arranjar estratégias perante a angústia e a frustração. A intervenção junto da família poderá incluir terapia familiar, orientação parental e programas de treino (Benavente, s.d.).

É de extrema importância intervir na relação parental (pais-filhos) de maneira a proporcionar uma modificação comportamental, uma alteração das práticas, fornecendo as ferramentas para adquirir comportamentos alternativos adequados e criando motivações intrínsecas que auxiliem essa mudança (Sorensen, 2005; Shaw et al., 2006). De acordo com Sorensen (2005), ajudar os pais a entender o porquê ou o que pode estar por detrás dos comportamentos problemáticos dos filhos, inclusivamente ajudá-los a compreender que os seus próprios comportamentos podem ser causa directa ou indirecta dessas mesmas condutas, torna-se primordial. Deste modo, segundo a autora, passarão a conhecer melhor os seus filhos,

colocando-se no seu lugar, olhando para o que está à sua volta com uma outra perspectiva e, principalmente, poderão aprender a ver com os olhos dos seus filhos.

Como foi referido anteriormente, este estudo visa analisar e compreender em que medida a qualidade das relações familiares pode funcionar como factor de risco para o desenvolvimento de perturbações do comportamento nas crianças. A grande parte da literatura aqui abordada aponta no sentido de que as relações familiares, quando não são adequadas, quando não existe uma estrutura familiar coesa, podem exercer uma influência negativa no desenvolvimento emocional e comportamental das crianças inseridas no seio dessa família. Reforçando esta ideia, Davies et al. (2006) afirmam que um contexto de relações familiares conflituosas pode promover mudanças e instabilidade nas reacções das crianças. Os mesmos autores referem ainda que a exposição a um ambiente familiar destrutivo promove diferentes respostas por parte das crianças a esse mesmo ambiente conflituoso, sendo necessária uma especial atenção para verificar em que sentido se desenvolvem e progridem essas respostas.

Será possível estabelecer uma relação entre os comportamentos desadequados e anti-sociais da criança e a qualidade do ambiente familiar em que esta criança se desenvolve e aprende a construir relações? Será possível que os comportamentos anti-sociais nas crianças correspondam apenas a uma interiorização do modelo relacional que têm em casa? Que factores poderão estar por detrás destes comportamentos anti-sociais? De que forma se poderá intervir? Foram estas questões que suscitaram, neste trabalho, a importância de abordar a problemática comportamental nas crianças à luz das bases teóricas acima descritas, que como se pôde verificar, assentam essencialmente nas relações familiares, isto é, relações interparentais e relações parentais e, concomitantemente em todas as variáveis funcionais e estruturais que fazem parte de um contexto familiar. O processo de revisão de literatura de que se apresentou uma síntese tornou viável a realização deste estudo, na medida em que se pensa existir uma relação entre perturbações de comportamento na infância e a qualidade da relação familiar.

Este trabalho não tem como objectivo testar hipóteses, mas antes, e adoptando uma abordagem de estudo de caso, compreender, analisar e conhecer os “*comos*” e “*porquês*” desta problemática pertinente. Espera-se, portanto, encontrar nos resultados deste estudo uma linha de relação entre perturbações de comportamento e qualidade familiar procurando no particular respostas às questões colocadas, no sentido de dar origem a novas teorias e/ou novas linhas de investigação.

## MÉTODO

### Participantes

Para Bravo e Eisman (1998), a selecção da amostra num estudo de caso tem um sentido muito próprio, é a sua essência metodológica. Por isso, neste sentido, a constituição da amostra é sempre intencional, "... baseando-se em critérios pragmáticos e teóricos em vez de critérios probabilísticos, buscando-se não a uniformidade, mas as variações máximas" (p. 254).

Deste estudo, fez parte um participante do sexo masculino, com cinco anos de idade, a frequentar o jardim-de-infância de uma instituição sem fins lucrativos em Oeiras. Desde os quatro anos que esta criança se destaca no jardim-de-infância pelos seus comportamentos desadequados (agitação, impulsividade), comportamentos agressivos, para consigo e para com os outros, comportamentos regressivos (choro, birras constantes), comportamentos de fuga e de grande dificuldade de relacionamento com os pares. Por estes mesmos comportamentos serem constantes, repetitivos e com uma intensidade crescente, esta criança foi sinalizada para apoio por apresentar perturbações de comportamento. Devido aos seus comportamentos desviantes da norma, passou a ser colocado de parte pelos colegas e, na sala, a gestão do seu comportamento passou a ser uma tarefa árdua para a auxiliar e educadora, na medida em que sentiam dificuldades em conter os seus comportamentos mais problemáticos.

A sala do jardim-de-infância é composta por um grupo de 25 crianças, 13 crianças do sexo feminino e 12 crianças do sexo masculino. A maioria das crianças encontra-se na faixa etária dos 5 anos e alguns na faixa etária dos 6 anos. O espaço da sala está organizado de forma a abranger e permitir, o melhor possível, a realização de diversas actividades em simultâneo, incluindo o espaço do tapete, o espaço da casinha, o espaço da garagem, o espaço dos jogos e a área das mesas.

O menino participante vive com a mãe num bairro social, onde só está à noite, pois passa onze horas no jardim-de-infância (das 7h30 às 18h30). Os pais estão separados, praticamente desde que ele nasceu, nunca tiveram uma relação estável, existindo um ambiente familiar de grandes conflitos, de agressões físicas e psicológicas. O pai foi para Espanha há sensivelmente dois anos, vendo o filho praticamente uma vez por ano. Tem um irmão mais velho de 29 anos, filho de um primeiro casamento da mãe, com o qual mantém uma relação

próxima, apesar de um pouco conflituosa, por sentimentos de ciúme e de competição. Desde que o pai foi para Espanha, os seus problemas comportamentais foram agravando-se, existindo a necessidade de passar a ser acompanhado desde os quatro anos por um pedopsiquiatra num hospital público de Lisboa, tendo sido a instituição a recorrer a esta solução como forma de intervir no problema. Contudo, a criança raramente vai às consultas devido aos problemas económicos da família, tomando a medicação necessária também de forma irregular. Para complementar esta intervenção, torna-se fundamental aqui referir que esta criança tem, também, acompanhamento psicológico desde os quatro anos de idade no jardim-de-infância, pertencendo-me esse papel tão crucial. Com o intuito de ajudar esta criança a ganhar competências pró-sociais, transformando a relação consigo mesma e com os outros, foi surgindo a necessidade de conhecer mais e melhor tudo o que está em torno da problemática comportamental, centrando-me na análise deste caso em particular.

O acompanhamento psicológico da criança permite olhar para o caso numa outra perspectiva: uma perspectiva mais directa, mais próxima da problemática da criança, tendo como principal objectivo recorrer a métodos de intervenção e não a métodos de investigação. Enquanto psicóloga, constrói-se uma relação única com a criança e com o mundo que a rodeia, acabando esta relação terapêutica por ser também uma fonte privilegiada de dados, que contribui para o enriquecimento de descrição do caso, obtendo-se um conhecimento analítico profundo, fundamental para a investigação de estudos de caso em geral, e deste em particular. Esta componente torna este caso ainda mais único e complexo, permitindo formular uma melhor compreensão do mesmo e gerar novas questões para futuras investigações.

Relativamente aos participantes foi ainda pedida a colaboração da mãe da criança, com 49 anos de idade, doméstica, com poucas habilitações literárias (4ª classe). Para este estudo, foi pedida igualmente a colaboração da educadora de infância, de 27 anos, que acompanha a criança na sala do jardim-de-infância, com o intuito de se analisar uma outra perspectiva relativa aos comportamentos problemáticos em questão, num espaço em que a criança passa grande parte do seu dia, repleto de actividades e relações. Tentou-se ainda que o pai participasse no estudo, de forma a complementar a informação, mas este encontra-se em Espanha a viver, só vindo a Portugal para ver o filho uma vez por ano.

A selecção dos participantes foi intencional tendo-se utilizado um processo de amostragem dinâmico e sequencial (Bravo & Eisman, 1998), uma vez que à medida que o estudo evoluiu, o número de participantes aumentou para completar os dados obtidos.

## Delineamento

Este é um estudo de caso que pretende analisar e compreender as informações obtidas através da observação, de entrevistas e de análise documental, de modo a tornar exemplificável o que é descrito no enquadramento teórico e a perceber de que modo a relação familiar pode influenciar perturbações de comportamento na criança. O estudo de caso é um processo específico para o desenvolvimento de uma investigação qualitativa. Assume-se como uma investigação particularista procurando descobrir o que há de mais essencial e característico na situação em estudo. Tem como objecto de estudo uma entidade definida, visa conhecer os “como” e os “porquê” que caracterizam o objecto de estudo, fazendo justiça à sua unidade e identidade próprias (Gonçalves, Sá & Caldeira, 2005).

De acordo com Yin (1994), o estudo de caso é uma investigação empírica, que conduz a um profundo alcance analítico e que pode conduzir a um de três propósitos básicos: explorar, descrever e explicar. O estudo de caso procura encontrar padrões, não testa hipóteses, ou mesmo relações de causa-efeito. Pretende construir novas teorias e novas questões para investigações futuras, com base numa situação bem real e concreta. A importância desta descrição e exploração sobrepõe-se à procura de uma verdade universal e generalizável uma vez que, como refere Erickson (1986), no estudo de caso procura-se no particular para se encontrar algo de universal.

O estudo de caso, do ponto de vista de Gonçalves et al. (2005), pode seguir uma de duas perspectivas essenciais: a perspectiva interpretativa, que procura conhecer o mundo do ponto de vista dos participantes, e a perspectiva pragmática, na qual se enquadra este estudo, cuja intenção fundamental é proporcionar uma perspectiva global, completa e coerente, do objecto de estudo do ponto de vista do investigador. Stake (1995) aponta três tipos de estudo de caso: intrínseco, colectivo e instrumental, sendo que o último faz sentido para o estudo aqui em questão, na medida em que se interessa por uma introspecção sobre um assunto, com o objectivo de refinar uma teoria, proporcionar conhecimento sobre algo que não é

exclusivamente o caso em si, funcionando como um instrumento para compreender outros fenómenos.

De modo a fazer compreender da melhor forma possível determinada situação, segundo Brewer e Hunter (1989, citado por Punch, 1998), o estudo de caso permite investigar indivíduos, atributos de indivíduos, acções e interacções, comportamentos, incidentes e acontecimentos e, ainda, colectividades. O estudo aqui presente para além de se centrar em indivíduos e nas suas relações, procura compreender as acções e interacções, bem como comportamentos. É importante salientar que a vertente psicológica num estudo de caso procura estudar determinados aspectos do comportamento a partir do indivíduo como um todo (Gonçalves et al., 2005). Do ponto de vista dos mesmos autores, o estudo de caso relata com muito pormenor as situações em estudo, o que proporciona uma melhor compreensão da realidade, sendo útil à interpretação de casos similares.

De acordo com Bravo e Eisman (1998), aprende-se sempre com o que é único num estudo de caso, ou seja, o seu profundo conhecimento permite descrever situações ou factos reais e concretos, de onde poderão surgir novas conclusões, podendo estas ser utilizadas em outras situações de investigação, pois apesar do carácter único do “caso”, existem decerto aspectos comuns e que podem ser partilhados com outros casos.

## Instrumentos

Tendo em consideração os objectivos deste estudo de caso, utilizaram-se diferentes instrumentos para a recolha de informação, no sentido de enriquecer o estudo, tornando-o o mais possível intensivo e detalhado.

Com o objectivo de compreender e analisar a forma como a criança com perturbações de comportamento vê e sente a sua família aplicou-se o teste de relação familiar para crianças, *Family Relations Test* (Bene & Anthony, 1985). Este teste foi desenvolvido para dar a conhecer a representação concreta que a criança tem da sua família. Pode ser aplicado a crianças entre os três e sete anos de idade, apresentando também itens que se podem aplicar entre os sete e os quinze anos. É constituído por 20 figuras de várias idades, tamanhos e formas, suficientemente estereotipadas para a constituição familiar de qualquer criança, podendo esta construir a sua família específica, o seu círculo signficante. A criança escolhe a

figura que para ela representa cada um dos diferentes membros da família, enunciados pela criança no início do teste, escolhendo inclusivamente uma figura que identifique consigo própria. Existe ainda uma figura essencial para o teste designada de “ninguém”, onde são colocados os cartões que a criança não identifica como pertencentes a alguma pessoa da família.

O teste é ainda constituído por diversos cartões que têm escritas mensagens e que a criança tem que interpretar como se fossem ditas pelos familiares. O examinador lê as mensagens à criança e ela escolhe a figura familiar que, para ela, se identifica com o que foi lido na mensagem. As mensagens transmitem sentimentos positivos e negativos vindos da criança (“N... gosta de ti. De quem N... gosta?”, “N... não gosta de ti. De quem é que N... não gosta?”), sentimentos positivos e negativos dirigidos à criança (“Tu deixas-te N... zangado. Quem é que deixa N... zangado?”, “Tu gostas de brincar com N... Quem é que gosta de brincar com N...?”) e, por último, sentimentos de dependência (“N... quer que tu o aconchegues na cama à noite. Quem deve aconchegar N... à noite?”). No fim da aplicação do teste, é feita uma contagem dos cartões atribuídos a cada familiar e uma análise do seu significado, de forma a compreender a relação e a importância dada pela criança àquele membro da família. No essencial, o teste dá acesso a sentimentos e emoções positivas e negativas por parte da criança relativamente à sua família.

Para além da aplicação do teste da relação familiar, construiu-se uma grelha de observação (ver Anexo A), com o objectivo de se observar os comportamentos da criança em ambiente de sala de jardim-de-infância, em diferentes actividades ao longo do dia. Definiram-se diversos comportamentos passíveis de serem observados numa criança com perturbações de comportamento, sendo que a educadora também deu o seu contributo, descrevendo alguns comportamentos que poderiam ocorrer com mais frequência.

Foram efectuadas quatro sessões de 30 minutos por dia, distribuídas pelas quatro principais actividades da manhã: jogo livre, actividade orientada, recreio e refeição, durante quatro dias diferentes. Para se sistematizar os resultados obtidos e, como os comportamentos foram predefinidos, foi feita a contabilização do número de ocorrências de cada comportamento. Para uma melhor compreensão dos resultados, construiu-se uma tabela em que se agruparam os comportamentos por categorias: comportamentos passivos e/ou de recusa, comportamentos activos e/ou de confrontação e, por último, comportamentos disruptivos de agressão/destruição.

Por último, foi necessária a construção de um guião de entrevista para se aplicar aos pais, que, neste caso concreto, foi apenas aplicado à mãe da criança (ver Anexo B). O objectivo principal da realização desta entrevista foi conhecer e compreender as relações familiares do ponto de vista parental e analisar a forma como a mãe vê, sente e se relaciona com o seu filho. Uma vez que os instrumentos anteriores abrangiam apenas o comportamento e a noção familiar da própria criança, considerou-se importante complementar essa informação com dados recolhidos no seio da própria família.

A entrevista semi-estruturada foi dividida por temas centrais, incluindo, por exemplo, questões relacionadas com a relação interparental, de forma a compreender qual o relacionamento dos pais (i.e., determinar se este poderia ser ou não considerado conflituoso) e quais as dificuldades e acontecimentos mais marcantes (no sentido de compreender se a deterioração da relação interparental pode influenciar o envolvimento dos pais com a criança) (Shek, 1996). Abordaram-se também questões relativas à relação dos pais com os filhos, nomeadamente no que diz respeito às actividades partilhadas pela mãe e pelo filho, ao interesse e à motivação sentidos pela mãe na relação com o filho, às dificuldades sentidas, às alegrias e opções educativas. Abordou-se, ainda, a área das relações familiares, de maneira a compreender quais as pessoas mais importantes na família e perceber se se está perante uma família coesa ou, pelo contrário, se se trata de uma família desestruturada e conflituosa (i.e., de maneira a compreender os laços relacionais mais importantes).

Finalmente, e uma vez que algumas desordens nas crianças são influenciadas por perturbações emocionais e relacionais no seio da família (Fonseca, 2002), e a psicopatologia dos pais pode ser um factor de risco para o desenvolvimento de comportamentos anti-sociais nos filhos, abordaram-se questões relacionadas com a saúde e comportamento anti-social dos pais. A utilização deste tipo de entrevista torna-se pertinente pela necessidade de convidar o indivíduo a responder de forma exaustiva, com base no seu próprio quadro de referência, a uma questão geral caracterizada por alguma ambiguidade (Ghigliore & Matalon, 1992).

A importância de estruturação da entrevista, atendendo a que se trata de uma entrevista elaborada para efeitos de investigação, prende-se com a necessidade de não deixar resvalar os conteúdos para problemáticas do sujeito que se afastem dos objectivos da investigação, não

provocando assim qualquer intensidade de frustração e expectativas de uma continuidade que não é possível de oferecer (Leal, 2004).

## Procedimento

Foi elaborada uma carta com o objectivo de dar a conhecer à instituição todos os objectivos inerentes à investigação. Por trabalhar há um ano com a criança participante, foi fácil o estabelecimento de uma relação de confiança e a obtenção de autorização para se proceder à recolha de dados. Não se solicitou a assinatura de uma carta de consentimento informado por parte da mãe da criança, por ser a única forma de tornar reconhecível a sua identidade. No entanto, depois de ser explicado todo o estudo à mãe, esta aceitou participar prontamente.

Primeiro aplicou-se o teste de relação familiar à criança, na sala onde costuma ter o seu acompanhamento psicológico, encontrando-se, portanto, num meio onde se sente segura, com as condições indicadas, sendo-lhe explicado que o que se iria fazer seria apenas um jogo. O objectivo era deixar a criança o mais à vontade possível para as respostas serem espontâneas. Após a aplicação do teste foi feita uma brincadeira já normal em sessão, para a criança sair com um sentimento positivo, sendo que o teste poderia remeter para sentimentos mais ansiogénicos.

Posteriormente, foi feita a observação em contexto de sala, durante quatro dias diferentes, sensivelmente das 9h00 às 12h30, observando-se durante 30 minutos o comportamento da criança em cada uma das diferentes actividades: jogo livre, actividade orientada, recreio e refeição. O facto das crianças já conhecerem o observador facilitou o seu trabalho em contexto de sala, na medida em que a criança observada agiu sempre com muita naturalidade nas suas relações e comportamentos. Todos os comportamentos foram observados e contabilizados, dentro do tempo indicado, surgindo também a necessidade de se ir acrescentando alguns comportamentos que não constavam da listagem inicialmente e que se realizaram na observação efectuada.

Após a observação em contexto de sala, foi feita a entrevista à mãe, sendo-lhe novamente explicado o objectivo, a razão de ser do estudo e a importância da sua participação. Pretendeu-se, deste modo, que a entrevista expressasse espontaneamente a sua opinião pessoal no que respeita às questões efectuadas. No decurso da entrevista foi tido o

cuidado de não se intervir no conteúdo ou na forma das respostas da participante, tendo esta toda a liberdade de resposta em relação aos diferentes temas da entrevista. A entrevista foi registada na íntegra em conformidade com as respostas da participante, com o objectivo de se realizar um tratamento de dados, tanto quanto possível fidedigno e rigoroso, com o consentimento da participante.

Por se estar perante um estudo com uma importante dimensão qualitativa, optou-se por se recorrer à análise de conteúdo [i.e., “um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam a «discursos» extremamente diversificados (Bardin, 2004)] como forma de analisar e compreender as respostas dadas pela mãe no decurso da entrevista. Desta forma, após a transcrição da entrevista foi feita uma leitura do geral para o particular, ou seja, inicialmente foi feita uma leitura mais superficial da “mensagem”e, posteriormente, numa segunda leitura, inferiram-se as variáveis fundamentais para o tema em estudo, com o objectivo de categorizar a informação obtida através da entrevista. Assim, procedeu-se à definição de categorias e subcategorias presentes no discurso da mãe com o intuito de uma melhor e maior compreensão e simplificação dos dados recolhidos. Por último, procedeu-se a uma codificação das unidades de análise, contabilizando-se as respostas agrupadas em cada categoria/subcategoria, sendo possível a organização da informação obtida numa figura de fácil leitura. Na análise de conteúdo, “... o desejo do rigor e a necessidade de descobrir, de adivinhar, de ir mais além das aparências, expressam as linhas de força do seu desenvolvimento histórico e aperfeiçoamento...” (Bardin, 2004, p.25). De acordo com o mesmo autor, a análise de conteúdo é um instrumento único, marcado por uma disparidade de formas, adaptável e aplicável a um vasto campo, que é o das comunicações.

## APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS:

A apresentação dos resultados divide-se em quatro partes: a primeira diz respeito aos resultados do teste de relação familiar para crianças; a segunda parte apresenta os resultados obtidos através da observação do comportamento; a terceira parte está relacionada com os resultados analisados na entrevista; e, por último, a quarta parte, faz referência aos dados recolhidos com base na análise documental.

### (I) *Teste de Relação Familiar para Crianças*

Relativamente ao teste de relação familiar para crianças, procedeu-se à contabilização dos cartões direccionados pela criança a cada membro da família (que esta indicou como pertencentes ao seu núcleo familiar significativo), nomeadamente o pai, a mãe, o irmão, os avós paternos e a avó materna. Foram também contabilizadas as respostas que a criança direcciona a si própria, como se pode verificar na Figura 1.

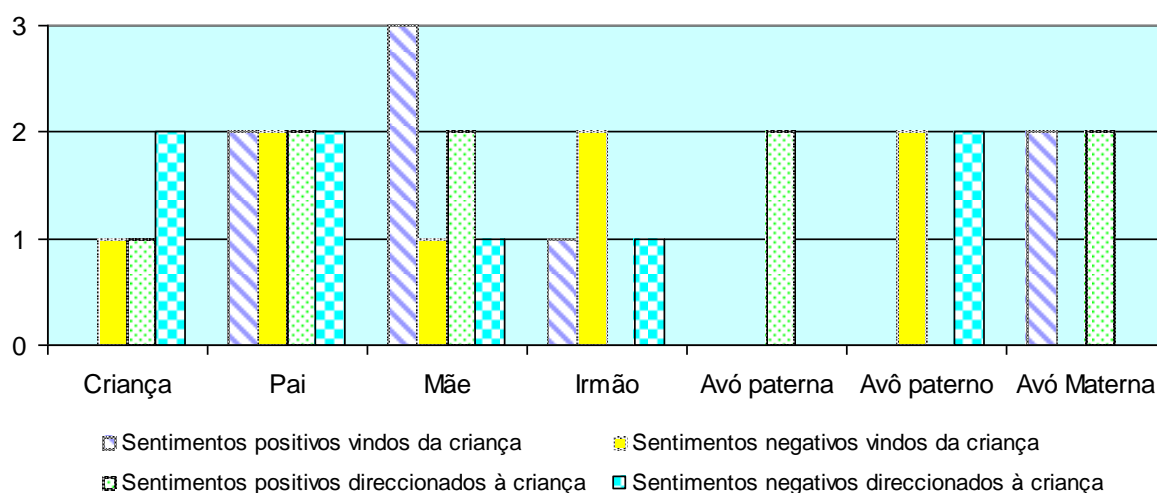


Figura 1. Sentimentos da criança relativos a cada membro da família.

Fazendo a análise dos resultados, pode-se verificar que, dos membros da família em questão, a mãe apresenta o maior número de cartões que indicam sentimentos positivos vindos da criança (3). O pai e avó materna apresentam o mesmo resultado a nível de cartões com sentimentos positivos direccionados pela criança (2). Concomitantemente, pode-se verificar que os avós paternos se destacam dos outros membros da família, por não

apresentarem quaisquer valores relativos a este ponto avaliado no teste, bem como a própria criança.

Relativamente aos sentimentos negativos vindos da criança, pode-se verificar que, em termos de valores absolutos, os cartões são direccionados equitativamente para três membros da família, respectivamente, o pai (2), o irmão (2) e o avô (2). Com menor frequência, encontra-se a mãe e a própria criança, com valor total de 1. Por último, nesta categoria, não se verificam cartões direccionados à avó materna e à avó paterna por parte da criança.

Em termos de sentimentos positivos que a criança sente como sendo direccionados a si, analisa-se que o pai, a mãe, a avó paterna e avó materna apresentam o mesmo número de cartões indicados pela criança (2). Com menor número de cartões aparece a criança (1), sendo que o irmão e o avô não apresentam cartões indicados pela criança relativos a esta categoria em análise.

Por último, analisando-se os sentimentos negativos direccionados à criança, pode-se verificar que o pai, o avô paterno e a própria criança se destacam por apresentarem um maior número de cartões (dois cada um). A mãe apresenta um, assim como o irmão. A avó materna e a avó paterna não apresentam qualquer valor relativamente a esta categoria.

Com base no teste de relação familiar, para além de ser passível analisar os sentimentos negativos e positivos direccionados pela criança a diferentes membros da família e sentidos pela criança como dirigidos a si, é igualmente possível identificar sentimentos de dependência e de envolvimento total que a criança tem perante a sua família (ver Figura 2 e Figura 3).

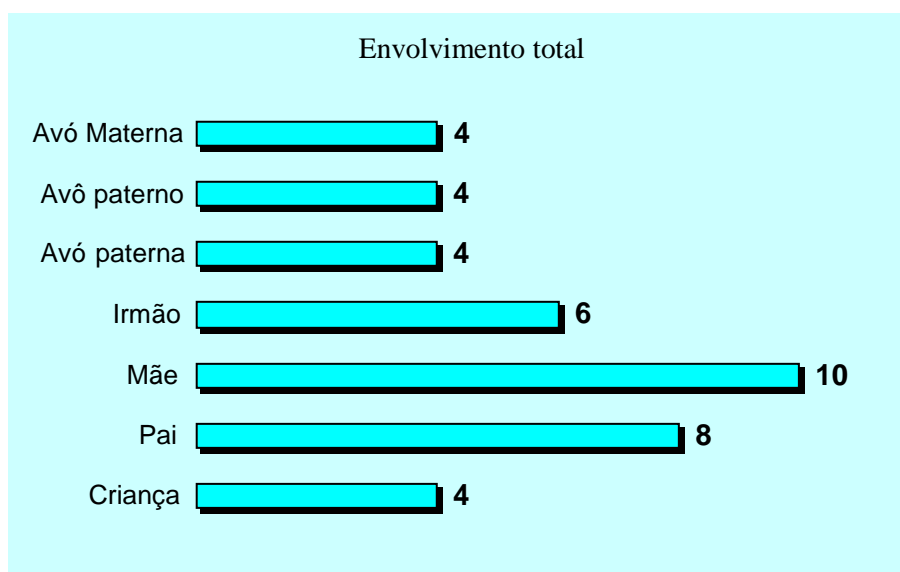


Figura 2. Envolvimento total por parte da criança

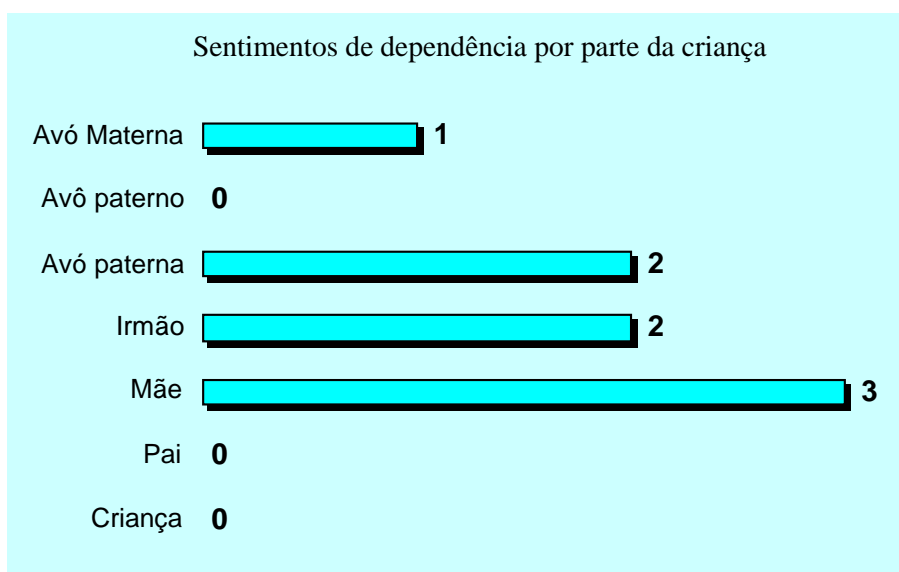


Figura 3. Sentimentos de dependência por parte da criança

A Figura 2, relativa ao envolvimento total da criança, representa a soma de todos os cartões dirigidos pela criança a cada membro da família, permitindo uma representação das ligações que a criança tem estabelecidas. Analisando a Figura 2, pode-se verificar que a pessoa com quem a criança revela ter um maior envolvimento é a mãe (10), seguindo-se o pai (8) e o irmão (6). Todos os restantes membros, incluindo a própria criança, apresentam o mesmo valor de envolvimento total (4).

Analisando agora a Figura 3, que representa os sentimentos de dependência da criança relativamente aos diferentes membros da família, pode-se verificar que a mãe apresenta um maior número de cartões direccionados pela criança (3), em comparação com os restantes membros da família, destacando-se de seguida o irmão (2), a avó paterna (2) e, por último, a avó materna (1). É de salientar que não existe qualquer tipo de sentimentos de dependência relativamente ao pai e ao avô paterno.

Relativamente à aplicação do teste da relação familiar, torna-se importante referir alguns dados que devem ser tidos em consideração aquando da análise de resultados, nomeadamente o facto da criança demonstrar alguma ansiedade quando confrontada com as mensagens dos cartões, verbalizando “...quando é que termina?”, “... ainda faltam esses todos?”, o facto de demonstrar alguma indecisão quando colocava os cartões na personagem

representativa do pai, especialmente os cartões de sentimentos positivos. É ainda de salientar os mecanismos de defesa evidentes durante a aplicação do teste, isto é, o problema da angústia e do lugar que ela ocupou no funcionamento psíquico da criança. Os mecanismos de defesa têm o objectivo de reduzir um conflito intrapsíquico causador de angústia. Neste caso, a criança utilizou a formação reactiva, ou seja, concentrou sentimentos muito positivos e negativos no mesmo membro da família, demonstrando uma grande ambivalência. Contudo, no fim, participou entusiasticamente na contagem de resultados demonstrando-se aliviado por o teste ter terminado.

## **(II) *Observação Comportamental***

Posteriormente à construção da grelha de observação (ver Anexo A), utilizada no registo de comportamentos observados em contexto de sala, construiu-se igualmente um quadro de dupla entrada onde, para além, de estarem registados os diferentes comportamentos da criança e respectivas frequências, estão também presentes diferentes categorias de comportamento, facilitando, assim, a análise dos resultados. Desta forma, o Quadro 1 apresenta os comportamentos da criança, observados em contexto de sala no decurso das diferentes actividades matinais: jogo livre (J.L.), actividade orientada (A.O.), recreio (R.) e refeição (Ref.). Como foi referido anteriormente, os comportamentos foram organizados em categorias: “comportamentos passivos e/ou de recusa”, “comportamentos activos e/ou de confrontação”, por último, “comportamentos disruptivos de agressão/destruição”.

Comportamentos passivos e/ou de recusa	Freq.	Activid.	Comportamentos activos e/ou de confrontação	Freq.	Activid.	Comportamentos disruptivos de agressão/destruição	Freq.	Activid.
Não responde ao que lhe perguntam	2	J.L. A.O.	Levanta-se do lugar sem justificação	6	A.O. Ref.	Risca o trabalho dos colegas	5	A.O. J.L.
Não empresta os materiais aos colegas	7	J.L. A.O. R.	Diz à educadora que não quer trabalhar	1	A.O.	Sai da sala e foge	0	
Não arruma os brinquedos	1	J.L.	Interrompe os colegas quando falam	1	A.O.	Bate na educadora	0	
Não quer comer	10	Ref.	Chora	9	A.O. J.L. R.	Bate nos colegas	23	A.O. J.L. R. Ref.
Olhar vago	4	J.L.	Não pára quieto na cadeira	2	Ref. A.O.	Bate em si próprio	3	A.O. R. Ref.
Vagueia pela sala	16	J.L. R.	Bate com os talheres na mesa	4	Ref.	Grita	21	A.O. R. Ref. J. L.
Deita-se debaixo da mesa	6	Ref. J.L.	Come muito depressa	5	Ref.	Atira-se para o chão	6	J.L. R. Ref.
Brinca sozinho	18	J.L. R.	Diz que os outros são culpados quando faz algo de errado	3	R.	Derruba objectos	19	A.O. R. Ref. J.L.
			Corre pela sala	3	R.	Atira objectos	16	J.L. R. A.O.
<b>TOTAL</b>	<b>64</b>		<b>TOTAL</b>	<b>34</b>		<b>TOTAL</b>	<b>93</b>	

Quadro 1. Frequência dos comportamentos disruptivos da criança em contexto de jardim-de-infância

Analisando o Quadro 1, pode-se verificar que, em relação ao total dos comportamentos observados, a categoria “comportamentos disruptivos de agressão/destruição” apresentou uma frequência (93) superior às outras categorias. Os “comportamentos passivos e/ou de recusa” apresentam maior frequência (64) do que os “comportamentos activos e/ou de confrontação” (34). É importante realçar que os

comportamentos foram observados no decurso de 16 sessões de 30 minutos, num total de 8 horas de observação, distribuídas por 4 dias diferentes.

Os comportamentos mais frequentes na categoria de “comportamentos passivos e/ou de recusa” são “brinca sozinho” (18), “vagueia pela sala” (16) e “não quer comer” (10). Na categoria de “comportamentos activos e/ou de confrontação”, os comportamentos mais frequentes são “chora” (9) e “levanta-se do lugar sem justificação” (6). Relativamente à categoria de “comportamentos disruptivos de agressão/destruição”, os comportamentos mais frequentes são “bate nos colegas” (23), “grita” (21), “derruba objectos” (19) e “atira objectos” (16).

Considerou-se importante analisar a frequência de cada categoria de comportamento em função do tipo de actividade. Desta forma, o Quadro 2 apresenta a relação entre as categorias de comportamento e os diferentes tipos de actividade.

	Jogo		Actividade		Total
	Livre	orientada	Recreio	Refeição	
Comportamentos passivos e/ou de recusa	27	3	19	15	64
Comportamentos activos e/ou de confrontação	2	11	11	10	34
Comportamentos disruptivos de agressão/destruição	26	27	30	10	93
Total	55	41	60	35	191

Quadro 2. Relação entre categorias de comportamento e actividades

Desta forma, verifica-se que os “comportamentos passivos e/ou de recusa” da criança surgem com mais frequência no jogo livre (27) do que no recreio (19), refeição (15) e actividade orientada, sendo que esta última actividade é a que apresenta uma menor frequência destes mesmos comportamentos.

Pode-se verificar que os “comportamentos activos e/ou de confrontação” apresentam uma frequência bastante equitativa entre a actividade orientada (11), recreio (11) e refeição

(10). Por sua vez, os comportamentos aqui analisados aparecem com menor frequência na actividade de jogo livre (2).

Relativamente aos “comportamentos disruptivos de agressão/destruição” que como já foi referido, são os comportamentos que a criança apresenta com mais frequência, encontram-se distribuídos pelas três primeiras actividades de uma forma equivalente. Em contraste, na actividade “refeição”, estes comportamentos disruptivos de agressão/destruição apresentam uma frequência muito inferior (10).

Para concluir, a actividade que apresenta uma maior frequência de todos os comportamentos disruptivos observados é a actividade “recreio” (60). Segue-se a actividade “jogo livre” (55), seguida da “actividade orientada” (41) e, por último, com menor frequência de comportamentos disruptivos a actividade “refeição” (35).

### **(III) Entrevista à mãe da criança**

Os dados em análise são referentes às respostas dadas pela mãe da criança, no decurso da entrevista semi-estruturada que lhe foi feita com o intuito de compreender a relação interparental, a relação parental mãe/filho e as relações familiares (ver Anexo B). Torna-se importante referir que foi elaborada uma análise qualitativa dos dados, recorrendo-se a técnicas de análise de conteúdo para a construção de categorias e subcategorias (ver Anexo C). As categorias e subcategorias permitem codificar o material, de forma a transformar a informação obtida em bruto numa representação do conteúdo mais esclarecedora das suas características pertinentes. Neste caso, cada categoria representa um contexto relacional e cada subcategoria representa o tipo de relação possível de se verificar nesse contexto. Através da contabilização da frequência de unidades de análise (palavras ou frases) enquadradas em cada categoria e subcategoria, obtêm-se os “tipos de relação” mais frequentes em cada contexto analisado.

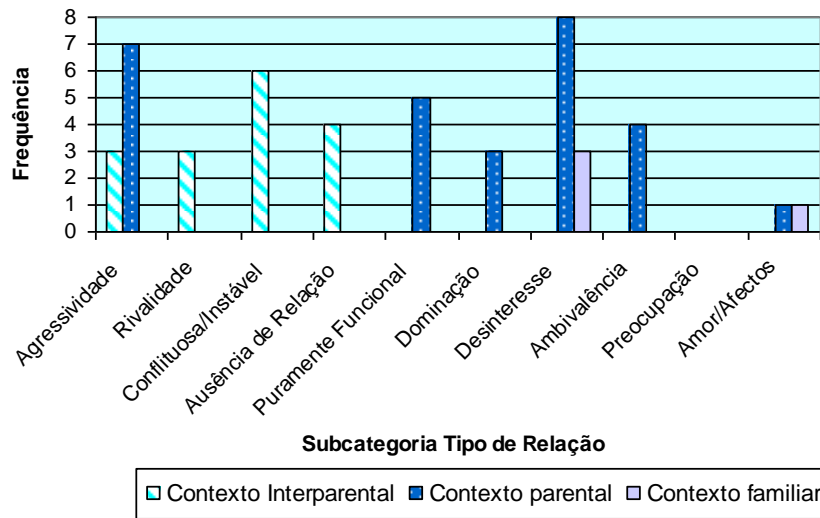


Figura 4. Contexto relacional e tipo de relação.

A Figura 4 apresenta três categorias de análise, o “contexto interparental”, o “contexto parental” (mãe/filho) e o “contexto familiar”. É importante compreender que cada uma destas categorias corresponde a três temáticas diferentes, abordadas na entrevista com a mãe. A mesma figura apresenta a subcategoria “tipo de relação” e a frequência respectiva. Assim, o que se designa por unidades de análise corresponde a todas as respostas que a mãe referiu ao longo da entrevista, que por sua vez, foram agrupadas consoante o seu significado, à medida que se fez a leitura, em cada subcategoria.

Desta forma, pode-se constatar que relativamente ao “contexto interparental”, o tipo de relação que aparece com maior frequência é a “conflituosa/instável” (6). Contudo, encontram-se também unidades de análise que apontam para uma “ausência de relação” (4) e temas que indicam a presença de uma relação interparental de tipo “agressividade” (3) e “rivalidade” (3).

Ao analisar-se o “contexto parental”, ou seja, a relação mãe/filho, pode-se verificar que o tipo de subcategoria que se destaca é a subcategoria “desinteresse”, por apresentar uma maior frequência de unidades de análise associadas (8). Com praticamente o mesmo número de unidades de análise encontra-se o tipo de relação de “agressividade” (7). Nesta categoria de relação mãe/filho podem ainda encontrar-se temas que indicam uma relação de tipo

“puramente funcional” (5), de “ambivalência” (4), de “dominação” (3) e, com menor incidência de unidades de análise encontra-se o tipo de relação de “amor/afectos” (1).

A categoria “contexto familiar”, ou seja, as relações que abrangem a família alargada, revela apenas dois tipos de relação. A relação do tipo “desinteresse” surge com maior frequência de unidades de análise associadas (3), seguida do tipo de relação de “amor/afectos” (1).

Através da Figura 4 é possível verificar, que considerando, em conjunto, as três categorias analisadas, o tipo de relação que apresenta o maior número de unidades de análise associadas, é a relação de tipo de “desinteresse”, com 11 unidades de análise. Concomitante, com uma diferença mínima de unidades associadas (10), encontra-se a relação de tipo “agressividade”. Em contraste com estes resultados, aparece a relação de tipo “amor/afectos” que apresenta, na sua totalidade, apenas 2 unidades de análise associadas, considerando as três categorias avaliadas.

A entrevista feita à mãe incluiu ainda uma parte dedicada à saúde dos pais e comportamento anti-social (ver Anexo B). As respostas podem ser analisadas à luz da literatura. De acordo com a mãe da criança, o seu ex-companheiro, o pai do menino, chegou a estar hospitalizado por ter tido um esgotamento e depressões, nunca querendo ser acompanhado. A mãe refere ainda que também a irmã do seu ex-companheiro “tem tido esses problemas, é muito instável”, acrescentando ainda que ela própria se considera apenas nervosa. De acordo com Johnstone e Cooke (2002), a psicopatologia dos pais pode ser um factor de risco para o desenvolvimento de comportamentos anti-sociais nas crianças. Contudo, Foley et al. (2001) analisaram o efeito da depressão no pai e concluíram que não haveria uma associação directa com distúrbios de comportamento nos filhos. Na entrevista, a mãe refere que o pai, embora não o tenha feito à frente da criança, fumava drogas leves, hábito que lhe alterava por completo o comportamento, tornando-o mais agressivo. No estudo de Lahey et al. (1987, citado por Johnstone & Cooke, 2002) os pais de crianças com perturbações de comportamento na infância tendem a consumir drogas, influenciando a sua relação com os filhos.

Relativamente a comportamentos mais problemáticos (brigas/roubo/prisão), a mãe disse não existirem, ou pelo menos, não se lembrar de nenhuma ocorrência relativa a nenhum membro da família. Contudo, pôde-se verificar que esta família apresenta alguns membros

com distúrbios psicológicos, que podem influenciar os seus comportamentos e a relação que estabelecem com a criança, bem como a existência do consumo de drogas. Uma outra característica que ficou evidente na entrevista está relacionada com as condições económicas da família. Quando é perguntado à mãe quem é a pessoa com mais sucesso na família, a mãe responde: “todos somos pobres, para ter sucesso acho que é preciso ter dinheiro para tudo o que se quer”. Farrington (2005) aponta condições socioeconómicas de baixo rendimento como características estruturais de risco, na medida em que podem levar a condições de vida precárias, desestruturando a família. Com o intuito de se terminar a entrevista de uma forma positiva, perguntou-se à mãe quem era a pessoa com mais saúde na família, tendo-se obtido a resposta: “Eu, o meu filho e o pai dele”.

#### *(IV) Análise documental*

Nesta secção de análise de dados, teve-se em conta relatórios e descrições feitas pelas educadoras que, até agora, acompanharam a criança, alargando o número e tipo de informantes. Os primeiros relatórios analisados, neste caso 3, foram elaborados pela educadora de infância que acompanhou o menino desde que este entrou no jardim-de-infância, em 2004, até ao ano de 2007, quando se deu início ao acompanhamento psicológico.

Os temas mais frequentes nos relatórios analisados vão no sentido da criança, desde sempre, se destacar dos outros colegas da sala devido ao seu comportamento. De acordo com a educadora, trata-se de um comportamento conflituoso, chegando a incluir reacções agressivas para com os colegas, sem que tenha havido uma “interacção prévia”. Para além, de bater nos colegas, o menino chega a morder-se, agredindo-se a si próprio. Outro tema que a educadora foca com alguma importância, é o facto da criança ter muita dificuldade em aceitar as regras e a autoridade do adulto, chegando a entrar em confronto físico.

Num dos relatórios, a educadora sentiu necessidade de evocar uma situação concreta, em que assistiu a um momento familiar desadequado entre a mãe e o filho, que acabou por desestabilizar a criança, adoptando esta, comportamentos de agitação (“batendo com os pés e mãos e revirando os olhos”). A descrição que a educadora faz quando se deu início o acompanhamento psicológico (ver Anexo D), vai no mesmo sentido dos seus relatórios anteriores, focando como temas principais os comportamentos agressivos e desadequados do menino, para consigo e para com o seu meio envolvente (e.g.: “ derruba cadeiras”, “morde-

se”, “bate com a cabeça nas paredes”, “ agride-se com cordas”). Refere ainda temas que vão no sentido da autodesvalorização e da autopunição (e.g., criança pediu-lhe “para ela o bater em vez de lhe dar beijinhos”). A educadora volta a focar a temática da influência negativa do seu comportamento nas restantes crianças da sala, bem como a relação familiar problemática, admitindo um certo comportamento de desinteresse e severidade por parte da mãe, assim como algum conflito na relação da criança com o pai.

Relativamente à educadora que acompanha presentemente a criança, foi-lhe pedida uma descrição de comportamentos, atitudes e situações que, para ela, que tem uma relação diária com o menino, fossem descritivas de como ele se encontra neste momento, para além das dificuldades que ela pode sentir em lidar com o seu comportamento (ver Anexo D). Neste relatório, volta a ser frequente a temática relativa aos comportamentos anti-sociais da criança, comportamentos de conflito com os colegas, sendo, que neste momento, é salientado o facto de alguns dos colegas, em algumas situações, incentivarem esses comportamentos mais conflituosos por parte da criança. Há ainda referência a comportamentos de auto-agressão como “bater-se” e “tentar morder-se”, bem como comportamentos de fuga da sala, comportamentos destrutivos, como “derrubar objectos” e violação das regras.

Uma temática abordada, consonante com os temas dos relatórios anteriores, é a problemática familiar inerente a esta criança. A educadora faz referência (a) à relação de ambivalência que a mãe tem com a criança (por um lado, a mãe exhibe comportamentos agressivos para com o filho e, por outro, demonstra alguma preocupação) e (b) à ansiedade e agitação que é sentida pela educadora na criança quando o pai está de regresso. Relativamente às dificuldades sentidas pela educadora, centram-se essencialmente na gestão da dinâmica da sala, devido aos comportamentos problemáticos da criança influenciarem negativamente as actividades e o acompanhamento que tem de prestar às restantes crianças. O facto de ter de centrar a sua atenção de forma a controlar os comportamentos do menino acaba por interferir na dinâmica do dia-a-dia.

Desta forma, após uma breve análise dos conteúdos dos relatórios e das descrições feitas pelas educadoras, pode-se verificar na Figura 5 as temáticas mais frequentes nos cinco documentos analisados. Através de técnicas de análise de conteúdo, procedeu-se à construção de categorias e, à medida que se fez a leitura, agruparam-se as unidades de análise (frases), de acordo com o seu significado, nas diferentes categorias.

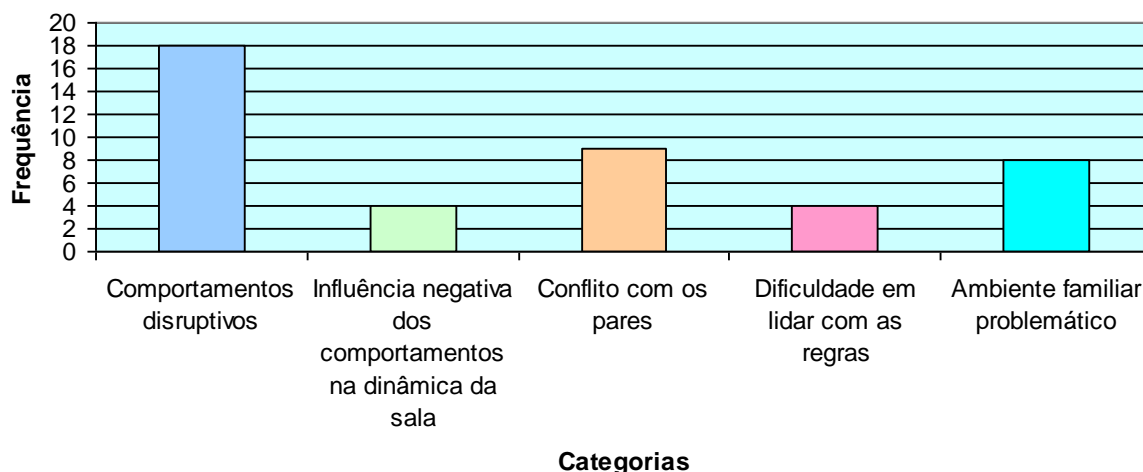


Figura 5. Frequência das categorias encontradas através da análise documental.

A análise da Figura 5 permite verificar que a categoria que apresenta uma maior frequência de unidades de análise diz respeito aos comportamentos disruptivos da criança (18), seguida da categoria “conflitos com os pares” (9) e, com uma diferença mínima, da categoria “ambiente familiar problemático” (8). Por último, com igual frequência de unidades de análise (4), encontra-se a categoria “influência negativa dos comportamentos da criança na dinâmica da sala” e a categoria “dificuldade em lidar com as regras”.

Para além dos relatórios apresentados pelas educadoras, julgou-se fundamental para o estudo de caso em questão, destacar-se os resultados do teste “Provas de Diagnóstico Pré-Escolar” (Cruz, 1993), teste de maturidade individual para a aprendizagem da leitura escrita e matemática, aplicado este ano à criança pelas estagiárias de psicologia da instituição, uma vez que irá entrar no próximo ano lectivo para o 1º Ciclo do Ensino Básico (ver Quadro 3). A aferição portuguesa das provas de Diagnóstico Pré-Escolar foi elaborada a partir de uma amostragem de 800 sujeitos, pertencentes a diferentes níveis socioeconómicos e culturais e com idades compreendidas entre os 5 e os 6/7 anos.

Provas	Directa	Percentil
Verbal	13	50
Conceitos quantitativos	14	99
Memória auditiva	7	99
Constância da forma	12	99
Posições no espaço	14	99
Orientação espacial	13	94
Coordenação visuo-motora	11	99
Figura fundo	9	99
Total	93	99

Quadro 3. Resultados do teste “Provas de Diagnóstico Pré-Escolar”.

Como se pode verificar, praticamente todos os valores relativos a cada uma das provas são muito superiores à média, encontrando-se na sua maioria, no percentil 99, com excepção do teste de orientação espacial, para o qual os resultados obtidos se situam no percentil 94 e a prova verbal, cujos resultados apresentam o valor mais baixo, situando-se no percentil 50. Assim, ao analisar-se os dados, é possível afirmar-se que a criança demonstra grandes capacidades cognitivas, situando-se a nível global no percentil 99, o que indica que apresenta as condições necessárias para a aprendizagem escolar.

## DISCUSSÃO

O trabalho a que se procedeu pretende compreender em que medida a qualidade da relação familiar pode influenciar o desenvolvimento de perturbações de comportamento na infância. Este estudo de caso assume-se como um exemplo ilustrativo, podendo ser considerado, por si só, uma fonte de informação para o entendimento do tema em questão.

De acordo com os resultados obtidos, considera-se pertinente afirmar que os objectivos deste estudo foram alcançados, no sentido em que os dados permitem: (1) caracterizar de uma forma mais sistemática os comportamentos exibidos por esta criança; (2) compreender de uma forma mais fundamentada as funções desses comportamentos nos contextos de vida desta criança; e (3), por último, identificar factores familiares que podem funcionar como factores de risco, potenciando a emergência de comportamentos disruptivos.

Ficou patente neste estudo, aquando da revisão de literatura, que vários autores defendiam que uma criança exposta a um ambiente familiar caracterizado por relações conflituosas, de agressividade, hostilidade, pouco envolvimento emocional e despreocupação a nível de educação parental, estariam em maior risco de apresentar problemas comportamentais (Davies et al., 2006; Farrington & Smith, 2004; Farrington, 2005; Grizenko & Pawliuk, 1994; Johnson et al., 2000; Le Blanc & Janosz, 2002; Wasserman et al., 2003;). Naturalmente, deve-se ter em consideração que, ao mesmo tempo a experiência que a criança tem com a sua família influencia o seu processo de adaptação social, as características próprias de cada criança têm igualmente um contributo importante para o seu bom ou mau ajustamento social (Grant et al., 2003, citado por Pott, Haverkock, Pott, & Beckmann, 2007).

De acordo com a perspectiva ecológica (Garbarino, 1990), o *habitat* da criança inclui diferentes fontes de risco e oportunidade que devem ser tidas em consideração no estudo do seu desenvolvimento e adaptação comportamental: a família, a comunidade vizinha, a escola, as instituições e os valores, bem como, o espaço social e geográfico. Assim, esta perspectiva dá relevância ao desenvolvimento da criança em contexto, considerando que o seu desenvolvimento é resultado da interligação entre o biológico e o social, isto é, da relação entre os efeitos das características da criança no mundo e do mundo nas características da criança (Garbarino, 1990). O presente estudo prendeu-se essencialmente com o contexto familiar da criança. Nesta fase de discussão, o intuito passa por uma reflexão, não só acerca das características da criança e da sua família, como também, acerca da forma como a criança se vê e se sente no seu mundo familiar e social. Torna-se, assim, fundamental conhecer as

características da criança, a forma como esta se adapta ao mundo que a rodeia e determinar a forma como o seu contexto natural pode influenciar essas mesmas características.

Os resultados do presente estudo possibilitaram uma melhor compreensão da forma como a criança se envolvia emocionalmente com os diferentes membros da família, que ela considera como sua. Possibilitaram ainda o conhecimento de diferentes características comportamentais que a criança exprime fisicamente para se relacionar com os outros e no fundo, consigo mesma. Possibilitaram ainda um maior conhecimento acerca da forma como os elementos da família se relacionam entre si, como lidam com a criança e em que sentido potenciam o seu desenvolvimento e comportamento.

Relativamente à questão sobre os sentimentos e relação que a criança tem com os diferentes membros da família, é de realçar que, apesar das crianças com perturbações de comportamento, por norma, apresentarem dificuldade ao nível da verbalização dos seus sentimentos, especialmente quando estão perante relações de possível angústia (Kernberg & Chazan, 1992), neste caso em concreto, através do jogo simbólico, foi possível conhecer os sentimentos que a criança direcciona para os membros da sua família e conhecer os sentimentos que a criança sente como direccionados para si. Torna-se importante salientar que, quando entra num jogo com o adulto, como no teste de relação familiar, a criança pode representar na brincadeira uma realidade diferente da sua, negando aquilo que a faz sofrer, daí ser tão importante conhecer o contexto da criança para ir ao encontro da sua realidade (Bléandonu, 1999).

De acordo com os resultados obtidos com base no teste de relação familiar, é possível realçar que a criança apresenta sentimentos de conflito relativos a alguns membros da família e sentimentos de conflito relativos a si própria. Contudo, era de esperar uma maior desproporção entre os sentimentos negativos e positivos vividos pela criança, o que na realidade não aconteceu. Esta situação, faz, no entanto, pensar que a criança se relaciona de uma forma muito ambivalente com a sua família, ou seja, vive num constante conflito interno em relação ao que tem e ao que gostaria de ter. Quanto à figura paterna, figura que está muito ausente do seu dia-a-dia, a criança revela sentimentos de ambivalência. De acordo com a teoria psicanalítica, a figura do pai tem uma função psicológica única e universal e a sua ausência pode pôr em causa a maturação, individuação, equilíbrio afectivo e sexual da criança (Mucchielli, 2002). Se, por um lado, a criança indica o pai como a figura a quem gosta de dar beijinhos, por outro, indica o pai como a pessoa da família de quem não gosta. Se, por um lado, apresenta o pai como sendo a figura que é simpática para ele, como sendo a figura que

gosta de o abraçar, por outro, é o pai que o deixa a chorar e que não gosta dele. Existe, portanto, uma grande dualidade de sentimentos vividos pela criança, sentimentos que, por vezes, apresentam uma conotação bastante agressiva e hostil, direccionados pelo pai à criança.

Quanto à figura materna, pode dizer-se que a criança parece ter interiorizado uma relação mais positiva e equilibrada. Apesar dos sentimentos positivos serem em maior número do que os sentimentos negativos, é de realçar que os sentimentos positivos são maioritariamente dirigidos pela criança à mãe, sendo menor a frequência dos sentimentos positivos que a criança sente direccionados a si pela mãe. Estes resultados podem significar que a criança sente que dá mais do que aquilo que recebe. Por um lado, a criança sente que é o menino da mãe, é com ela que gosta de brincar na cama, é por ela que gosta de ser abraçado, como se estivesse constantemente à procura de momentos de protecção, de afecto. As crianças com perturbações de comportamento sentem-se frequentemente abandonadas internamente, negligenciadas afectivamente (Kernberg & Chazan, 1992; Marcelli, 2005), o que pode justificar, de alguma forma, a identificação destes sentimentos com a figura materna. Relativamente aos sentimentos negativos, constata-se uma pulsão agressiva direccionada à criança: esta sente que é a mãe que o considera “ruim” e “mau menino”, o que contrasta com o desejo de ser o menino da mãe.

Estes dados sugerem que as figuras parentais são pouco consistentes a nível emocional, revelando uma alternância de sentimentos que poderão estar a potenciar processos de desequilíbrio emocional na própria criança, patente nos seus comportamentos. A criança não parece ser investida pelas figuras parentais, não tendo interiorizado uma imagem parental securizante (Marcelli, 2005). Nesta família, os adultos aparecem e desaparecem sem razão, parecem amar e odiar alternadamente. Perante a angústia permanente que este desinvestimento pode implicar, a falta de organização psíquica acaba por permitir apenas uma adaptação superficial, baseada em comportamentos de passagem ao acto que se poderão prolongar no futuro. Reflectindo-se sobre os sentimentos que a criança revela sobre si própria, compreende-se um efeito de carência narcísica que os pais parecem provocar, pois o único sentimento positivo que a criança direcciona a si mesma é o facto de sentir que ela própria é o único membro da família a gostar de si.

Todos os outros sentimentos que a criança direcciona para si própria são negativos, ou seja, a criança tem interiorizada dentro de si uma auto-imagem negativa. Como exemplo ilustrativo das respostas ao teste, destaca-se o facto do menino referir que é ele que se deve ir embora, ele próprio ralha consigo e diz que é travesso. Estes dados são consistentes com a

literatura sobre esta temática, segundo a qual crianças com perturbações de comportamento têm uma imagem negativa de si, sendo muito pessimistas e apresentando, ainda, uma baixa auto-estima (Kernberg & Chazan, 1992). Como forma de justificar os sentimentos revelados, torna-se plausível abordar Piaget e as suas pesquisas epistemológicas acerca do desenvolvimento cognitivo da criança. Segundo o autor, o fim desejado é a adaptação do indivíduo ao seu ambiente, atingindo um estado de equilíbrio e de auto-regulação, através (a) da experiência adquirida na acção efectuada sobre os objectos e (b) através das interacções sociais (Marcelli, 2005). Quer-se com isto dizer que a criança assimila, incorpora, o que o meio lhe dá o que, neste caso, parece implicar a projecção, para si mesma das referências negativas que as figuras parentais lhe transmitem.

Relativamente às restantes figuras familiares, a relação que estabelece com o meio-irmão, sugere a existência de uma ligação que dificilmente pode proporcionar alguma securização para a criança. Os sentimentos negativos são mais relevantes do que os positivos: diz que o irmão é travesso (procurando existir aqui, de alguma forma, uma identificação consigo próprio), diz que é o irmão que fica zangado com ele e quem o deixa zangado. As relações fraternas podem desempenhar um papel primordial no desenvolvimento afectivo de cada elemento da família. O nascimento de um irmão acarreta transformações na dinâmica familiar: o irmão mais velho terá que dividir as atenções com o menor; o ciúme, as rivalidades, a raiva emergem e este acaba por se deparar com sentimentos intensos e de difícil manejo e compreensão. Como neste caso concreto, a diferença de idades é muito grande, faltarão o elemento mais importante para consolidar esta ligação: a história de vida em comum, os momentos íntimos e partilhados, especialmente na infância (Goldsmid & Carneiro, 2007). É de salientar, que ao longo das reuniões com a mãe da criança, aquando do processo de acompanhamento psicológico, esta refere que o filho mais velho demonstrou muitos ciúmes relativamente à vinda do irmão, ciúme este que pode ser justificado pelo facto de não ter sido criado com a mãe, sentindo-se novamente substituído, prolongando esse sentimento para a relação com o irmão mais novo.

Relativamente à ligação que a criança mantém com as avós, através da análise dos resultados pôde-se constatar a existência de uma relação muito positiva. A criança sente que a avó paterna gosta de brincar com ele, é a avó paterna que se refere a ele como sendo um bom menino (o que acaba por ser importante para a criança, na medida em que recebe sentimentos reconfortantes de alguém que tem um elo de ligação com o pai). Com a avó materna, a ligação

é igualmente boa, havendo um reforço ainda mais positivo, sendo a pessoa da família de quem ele gosta, com quem gosta de brincar, que o faz sentir feliz.

Esta ligação forte com as avós, caracterizada por sentimentos positivos poderá funcionar como factor de protecção para a criança. De acordo com o estudo de Grizenko e Pawliuk (1994), a existência de uma boa relação com os avós, especialmente nos rapazes, funciona como um factor de protecção para crianças que apresentam comportamentos desadequados. Contudo, a ligação que a criança estabelece com o avô paterno vai no sentido completamente oposto da relação que parece estabelecer com as avós. É a figura na família que a criança representa como sendo mais agressivo, autoritário e hostil. O avô paterno é a pessoa que pensa que a criança é má, é a quem a criança gostaria de dar palmadas, talvez por ser a pessoa que ela indica como sendo a que lhe bate e a deixa triste.

Se fizermos uma análise comparativa da relação que a criança parece estabelecer com o pai e com o avô, encontram-se algumas semelhanças, pois são estas figuras em especial que a criança sente que não gostam dele e que o deixam triste. No fundo, são as figuras que o marcam mais negativamente, acabando por constituir relações problemáticas para a criança. A criança demonstra ainda que não há qualquer tipo de sentimento de dependência relativamente ao avô ou ao pai, o que significa que há uma lacuna nestas relações, ou seja, são figuras que a criança sente como distantes e nada securizantes. Entre os 3 e os 6 anos, as crianças procuram referências para a construção da sua identidade, sendo que os rapazes recorrem às figuras masculinas para essa construção. Considerando que a construção da identidade é um processo introjectivo de características do modelo (Matos, 2001), esta criança, para além de ter a figura paterna longe, o que por si só constitui uma lacuna no seu processo de identificação, tem ainda a desvantagem de uma das figuras masculinas que tem mais próximas estabelecer consigo uma relação de hostilidade e de ausência de referências positivas para o seu desenvolvimento e definição do seu eu. Estas relações acabam por ir ao encontro dos resultados esperados, uma vez que a falta de suporte emocional, de afecto e de envolvimento sugeridos pelos resultados do teste da relação familiar proporcionam o desenvolvimento de perturbações de comportamento nas crianças, funcionando como factor de risco (Wasserman et al., 2003; Grizenko & Pawliuk, 1994). Por outro lado, o sentimento de dependência que evidencia em relação à mãe pode funcionar como factor de protecção: é ela que o aconchega na cama, é com ela que vai ter quando se magoa e se sente assustado. Assim, o facto do envolvimento com a mãe ser maior do que com qualquer outra das figuras

familiares pode significar que as respostas que a mãe dá à criança relativamente aos seus sentimentos de dependência são maioritariamente positivas. Contudo, de acordo com a visão de Matos (2001), a relação não deve permanecer na dependência, mas antes na cooperação para a criação, não se pode crescer na “idealização do objecto perdido, a saudade daquilo que não foi e poderia ter sido” (p. 529).

No que diz respeito ao teste de relação familiar, deve-se salientar que os resultados relativos ao envolvimento total da criança com os diferentes membros da família, vão ao encontro dos parâmetros esperados, uma vez que a figura materna apresenta um maior envolvimento total, seguida da figura paterna, do meio-irmão, dos outros membros da família e da própria criança. No entanto, deve-se ter em consideração o facto do envolvimento total da criança reflectir tanto os sentimentos positivos como os negativos. Comparativamente com casos clínicos descritos no teste, esta criança revelou mais sentimentos de ambivalência do que seria esperado, o que pode significar a vivência de um grande conflito interno, falta de segurança e confiança em diferentes membros da família, especialmente nas figuras masculinas. Ainda em comparação com outros casos clínicos descritos no teste de relação familiar, esta criança apresenta um valor considerável de sentimentos negativos dirigidos a si própria, o que pode significar um sentimento de autoagressão, de baixa auto-estima e de rejeição por parte da família.

Para além dos sentimentos que a criança demonstrou ter interiorizado relativamente aos membros da sua família, sugerindo que as relações que estabelece no seu ambiente têm características que funcionam como factor de risco para o seu comportamento, a entrevista feita à mãe, veio, concomitantemente, reforçar a ideia de se estar perante uma família desestruturada. Ao reflectir-se sobre a relação interparental, de acordo com os dados analisados, é possível afirmar-se que se está perante uma relação principalmente conflituosa e instável, de agressividade e rivalidade, sem a mínima possibilidade de alguma cordialidade para o bem-estar da criança. Através da entrevista foi possível compreender que os pais, para além de estarem definitivamente separados, nunca estabeleceram uma relação conjugal estável: “ Quase nunca estivemos juntos, estávamos e não estávamos...só havia discussões”. O divórcio/separação dos pais pode ser um factor que influencia as perturbações de comportamento nas crianças. Contudo, os estudos indicam que não é o divórcio em si que promove os comportamentos anti-sociais nas crianças, mas antes o conflito conjugal que pode

existir nesse processo (Bourguignon et al., citado por Mucchielli, 2002; Emery, Waldron, Kitzman, Aaron, 1999;).

As informações fornecidas pela mãe no decurso da entrevista documentaram claramente a existência de conflito no casal: “Ele era agressivo, chamava-me nomes, bateu-me para aí umas 3 vezes. Eu chamei a polícia...” Muitos são os estudos que indicam o conflito interparental como um dos factores de risco com mais importância para o desenvolvimento de perturbações de comportamento na infância, defendendo que a agressividade física e verbal, as constantes discussões (no fundo, todo o mal-estar entre o casal), podem reflectir-se no comportamento da criança que vive neste ambiente e, por sua vez, reflectir-se na relação que os próprios pais estabelecem com o filho (Amato, 2000, citado por Amato & Cheadle, 2008; Davies et al. 2006; Farrington, 2005; Jackson et al., 2003; Shek, 1996; Wasserman et al. 2003).

Moffitt e Caspi (2002) afirmam que a violência entre os pais expõe a criança a situações repetidas de violência entre pessoas com quem ela estabelece uma relação próxima. Mas como é que o conflito entre os pais afecta verdadeiramente as crianças? Os autores anteriores defendem que o mau-estar entre o casal perturba a qualidade dos cuidados prestados aos filhos. Segundo esta mãe, “ ele não se preocupa se o filho passa fome ou não...está com ele uma vez por ano e diz-lhe que já está farto de o aturar, o que diria eu?!”. No mesmo sentido, Davies e Cummings (1994) defendem que o conflito entre os pais promove uma qualidade parental negativa na relação com a criança.

Na entrevista, só existiu a possibilidade de se conhecer as percepções maternas acerca da qualidade da relação entre mãe e filho, devido ao facto do pai estar fora do país e de a criança viver apenas com a mãe. Contudo, através das descrições da mãe é possível reflectir-se sobre a realidade que a criança vive, inclusive a relação estabelecida com ambas figuras parentais. O pai, para além de estar fisicamente ausente, está também emocionalmente distante. A mãe revela que o pai raramente fala com a criança e, quando vem a Portugal, cansa-se rapidamente do filho e bate-lhe. Por outro lado, na análise qualitativa da entrevista chegou-se à conclusão que a relação que a mãe estabelece com o filho é maioritariamente de desinteresse e de agressividade. Como exemplos dessa agressividade pode-se destacar as seguintes afirmações: “... O meu outro filho diz que ele vai ser fresco quando crescer e que vai-me bater. Se me bater parto-lhe um braço (ri-se)”, “ No outro dia bati-lhe ficou triste, ficou com a mão marcada no joelho, é o que às vezes fazes à mãe...”.

No que diz respeito a exemplos de manifestações de desinteresse, podemos salientar as seguintes afirmações: “ Não acompanho. Para o ano que ele vai para a escola espero não ter de fazer nada e que ele vá com tudo feito para casa, por isso é que vai para o A.T.L. Lá fazem as coisas todas, não fazem?”. Considerou-se o exemplo mais marcante de desinteresse a resposta ao pedido para relatar algum gesto, atitude ou palavra especialmente marcantes do filho: “não me lembro”. Mesmo tendo sido reforçada a ideia de que poderia dizer algo de positivo como resposta, a mãe não foi capaz de o fazer, o que poderá ser interpretado como um indicador de grande vazio e distanciamento relativamente ao seu filho.

Este estudo de caso parece ser um exemplo daquilo que alguns autores (e.g., Farrington & Smith, 2004; Farrington, 2005) descrevem como uma atitude parental distante e fria, uma pobre supervisão das crianças, sem controlo e interesse pelos comportamentos dos filhos, substituindo uma disciplina sensível por atitudes inconscientes e agressivas. No mesmo sentido, Farrington (2005) afirma que a relação parental de crianças que apresentam perturbações de comportamento, se caracteriza pela carência de afecto, fraco envolvimento positivo, falta de responsividade, disciplina agressiva e inconsistente. Esta mãe revela também uma relação de ambivalência, isto é, “está e não está”, sendo principalmente uma mãe funcional. A título ilustrativo, quando se pediu à mãe para descrever o seu filho, esta não foi capaz de verbalizar características positivas, dizendo apenas que “Em pequeno comia, dormia, comia, dormia, estava quase sempre no parque, só chorava quando a chucha caía”, “ele é terrível...traquina, teimoso”. Se, por um lado, a mãe diz que não gosta de bater na criança e evita essas situações para impor regras, por outro, descreve alguns sentimentos que vão no sentido oposto: “tenho de o pôr de castigo e às vezes leva. Procuo sempre não castigar, levanto a voz...”; “o pai batia-lhe em todo o lado... agora bate-lhe muito, eu não gosto, a única que o pode bater sou eu, mas raramente o faço e não é em todo o lado”; “uma vez que lhe bati mais ficou sentido comigo, raramente bato, procuro falar.”

Assim, é possível afirmar que esta criança vive num ambiente relacional de insegurança, agressividade, hostilidade, educação parental pobre e coerciva, com falta de disciplina e controlo adequado, grande falta de afecto, de compreensão, de actividades partilhadas com a família. Os dados recolhidos apontam para um conjunto de características familiares que proporcionam à criança experiências emocionais de tristeza, medo e angústia, sentimentos exteriorizados através da prática de comportamentos disruptivos de agressividade, que ocorrem num quadro de dificuldades no relacionamento com os outros. A investigação indica que um ambiente relacional familiar com características funcionais e

estruturais negativas potencia o desenvolvimento de perturbações de comportamento em criança (Davies et al., 2006; Jackson et al., 2003). Por sua vez, não se pode deixar de frisar que a possibilidade de existirem membros na família capazes de dar à criança algum suporte emocional e demonstrar interesse, pode colmatar a sua angústia, bem como diminuir a ocorrência de comportamentos desviantes (Jackson et al., 2003). Neste caso, foi possível verificar que a criança estabelece uma boa relação com as avós, podendo encontrar, nessas relações algum equilíbrio.

Nesta família, para além da falta de competências pró-sociais, existem problemas económicos graves (e.g., a mãe é o único sustento, tendo um trabalho incerto), as relações entre familiares são distantes e de desinteresse, não havendo cooperação. O pai da criança apresenta problemas psicológicos, como depressões e abuso de substâncias. Estas características vão ao encontro do que os autores definem como factores de risco em crianças com perturbações de comportamento (Farrington, 2005; Grizenko & Pawliuk, 1994; Harrington et al., 2006; Johnstone & Cooke, 2002). Quando se perguntou à mãe se considerava que o filho tinha perturbações de comportamento, uma das questões fundamentais na entrevista, respondeu, “é traquina, se formos a ver, tem”. Esta mãe não procurou justificar este facto, o que pode, por uma lado, ir ao encontro do que a literatura indica relativamente à frequente atitude de desinteresse e desresponsabilização que acontece por parte dos pais (que, no fundo, não se querem colocar em causa) (Collins & Collins, 1990; Johnson et al., 2000), mas por outro, pode revelar uma falta de conhecimento relativamente ao problema. Eventualmente, pode colocar-se a hipótese de que o comportamento do filho pode estar de acordo com as suas próprias referências não tendo uma noção da realidade que está diante de si, acabando por contribuir para a mesma.

Relativamente à questão que se prende com o analisar e compreender os comportamentos que a criança demonstrou em contexto de sala, o objectivo foi o de se conhecer com mais pormenor as atitudes que este revela consigo próprio e na relação com os outros. Os resultados da observação foram, por um lado, consonantes com os resultados que se esperavam, pois os “comportamentos disruptivos de agressão/destruição” foram os que se evidenciaram na criança. Contudo, era de se esperar uma maior expressão desses comportamentos. Naturalmente, o facto da criança estar a ter acompanhamento psicológico e pedopsiquiátrico pode justificar a menor frequência de comportamentos anti-sociais. Era de esperar que a frequência de “comportamentos activos e/ou de confrontação” fosse superior à frequência dos “comportamentos passivos e/ou de recusa”. Contudo, deve-se salientar que

todos os comportamentos que se observaram vão ao encontro do que se espera de crianças que apresentam perturbações de comportamento: comportamentos de passagem ao acto sem justificativa aparente (derrubar objectos, atirar objectos, bater nos colegas, bater em si próprio), comportamentos de confrontação, em que desafia o outro, comportamentos de recusa, em que há uma constante negação da parte da criança e também comportamentos que revelam um certo isolamento, como se pode verificar pelos comportamentos passivos (e.g., brincar sozinho, vaguear pela sala...) (Allen & Ross, 2004; Farrington, 2005; Kernberg & Chazan, 1999).

Os comportamentos observados revelam na sua maioria uma dificuldade da criança em verbalizar o que sente, agindo de uma maneira impulsiva. Como refere Marcelli (2005), a criança faz uma elaboração fantasmática vivida internamente que pode ser expressa pelo comportamento externo, mas cuja origem é dificilmente interpretável para quem está a observar. Os comportamentos da criança eram repetitivos, agressivos e centrados no agir corporal. Na maior parte do tempo, a criança destacava-se pelo seu semblante triste e olhar distante, chegando a vaguear pela sala, o que vai ao encontro da descrição que Kernberg e Chazan (1992) fazem das crianças com perturbações de comportamento.

Para além destes comportamentos, esta criança apresenta comportamentos auto e hetero-agressivos, conforme foi possível verificar através da análise dos resultados da observação, mas também através dos relatórios das educadoras que focam principalmente este tipo de comportamentos. Duché, Braconnier e Khemici (1979), relativamente aos comportamentos auto-agressivos, defendem que as crianças os exibem (a) como resposta a sentimentos de frustração, (b) como uma forma de chamar a atenção do meio, (c) como uma forma de se castigarem após uma interacção agressiva com os outros, ou (d) até mesmo como uma forma de se estimularem quando se sentem sozinhas. Para Brazelton e Sparrow (2006), a raiva e agressividade constituem reacções emocionais a uma ameaça. A incapacidade de sentir e exprimir a raiva pode fazer com que a criança se sinta desprotegida e incompreendida, podendo virar-se para si própria. De acordo com os mesmos autores, as causas podem ser variadas, como necessidades não satisfeitas, insucessos constantes, humilhação, sentimentos feridos e sentimentos de injustiça.

Para além dos comportamentos observados, essencialmente centrados na criança, foi também possível compreender-se a relação que é estabelecida com os pares. Nos relatórios das educadoras, é feita uma chamada de atenção para o facto da criança reagir de uma forma agressiva para com os colegas sem nenhum motivo precedente. Contudo, através da

observação, foi possível verificar que os colegas influenciavam o comportamento mais desadequado da criança: recusavam emprestar o material, gozavam com a criança com regularidade, chamando nomes, rindo e colocando-o de parte nas brincadeiras.

Relativamente aos comportamentos exibidos nas diversas actividades, ficou patente, pela análise de resultados, que as actividades em que os comportamentos desadequados da criança se destacam são o “recreio” e “o jogo livre”. Os resultados vão ao encontro do que era esperado uma vez que, nestas actividades, a criança está mais disponível para libertar a sua agressividade e angústia contida. É também nestes momentos que (a) as crianças interagem mais entre si e desenvolvem as suas competências sociais e (b) mais evidentes se tornam eventuais dificuldades neste tipo de competências. Esta criança demonstrou estar mais organizada no decurso de actividades estruturadas, isto é, quando havia uma atenção do adulto mais centrada em si. Note-se que estas crianças querem ser o centro das atenções de forma a se sentirem mais valorizadas (Kernberg & Chazan, 1992). Foi notório o constante recorrer da criança à educadora em busca de um reconhecimento positivo do seu trabalho. Como já foi referido, a auto-estima destas crianças é muito baixa e os bons resultados escolares, neste caso concreto, o reforço positivo relativamente aos seus trabalhos, pode servir como um factor de protecção no desenvolvimento de perturbações de comportamento. Como foi referido na introdução, diversos autores defendem que estas crianças apresentam grandes dificuldades a nível escolar, défice de atenção e de linguagem (Farrington, 2005; Kernberg & Chazan, 1992).

Contudo, esta criança tem vindo a revelar capacidades acima da média, não só na sala de jardim-de-infância, onde as suas capacidades são trabalhadas directamente em diferentes áreas de aprendizagem, como também ao nível das sessões de acompanhamento psicológico, onde a criança sempre demonstrou uma grande perspicácia na construção de jogos interactivos, sempre demonstrou um interesse acrescido por conhecer, por compreender as diferentes actividades, apresentando uma grande capacidade imaginativa, fundamental para o seu desenvolvimento. A relação do psicólogo com estas crianças é, sem dúvida, primordial uma vez que há uma pessoa que está focada nelas, permitindo-lhes sentir-se o centro das atenções e sentir que têm uma pessoa completamente disponível para as compreender, para colmatar as suas angústias contidas (Kernberg & Chazan, 1992). O facto desta criança apresentar uma capacidade de aprendizagem superior à média, como foi verificável no teste de maturidade de competências escolares, pode funcionar como factor de protecção de forma a influenciar uma diminuição dos seus comportamentos desadequados.

Torna-se fundamental reforçar que, para além das capacidades cognitivas desta criança, foi também possível observar, embora com menor expressão, comportamentos de afecto em relação aos colegas e comportamentos de defesa dos mais fracos, o que revela sentimento de justiça e iniciativa em ajudar a educadora e os colegas. Em alguns momentos, a criança demonstrou ter capacidade para estabelecer relações positivas com os outros (Kernberg & Chazan, 1992), demonstrando, assim, que é possível ser trabalhada de forma a dar significado aos seus sentimentos e emoções, com as quais não sabe lidar.

Ao longo do estudo, com base nas diferentes técnicas e com base na perspectiva dos diferentes informantes, foi possível verificar eventuais congruências e incongruências nos dados obtidos. Através do teste de relação familiar, verificou-se que a criança se sente emocionalmente instável nas relações que estabelece com os diferentes membros da família, o que pode significar que se está perante uma família desorganizada a nível funcional, não sendo capaz de transmitir a protecção e tranquilidade necessária para o desenvolvimento da criança. No mesmo sentido, encontram-se os dados analisados na entrevista. Nesta, foi possível verificar-se, com mais profundidade, as relações instáveis e conflituosas que se faziam sentir na família, especialmente a grande falta de afecto que se analisou na relação parental. Contudo, se na entrevista, dificilmente se encontraram relações positivas, no teste de relação familiar a criança vê e sente como positiva a relação que estabelece com as avós, acabando por funcionar como um factor de protecção para a sua instabilidade emocional.

Os comportamentos observados em contexto de sala são congruentes com os comportamentos esperados de crianças que apresentam perturbações de comportamento, sendo igualmente congruentes com os comportamentos descritos pelas educadoras do jardim-de-infância. Contudo, apesar da mãe e das educadoras estarem de acordo em relação aos comportamentos problemáticos, nenhuma das diferentes informantes salientou as capacidades da criança, desvalorizando as suas competências. Este facto aponta, para uma vivência caracterizada pela ausência de reforços positivos.

## **Implicações para a prática e conclusão**

O objectivo deste estudo não se centra apenas nas crianças com perturbações de comportamento e relações familiares. Vai mais além, querendo dar a conhecer ao leitor diferentes maneiras de se trabalhar esta problemática comportamental. Como se pode concluir, estas famílias são, já de si, muitas vezes desestruturadas, com conflitos no casal, relações desadequadas com os filhos, violência, agressividade, falta de afecto, falta de competências pró-sociais, dificuldades económicas, ou seja, características familiares que promovem comportamentos anti-sociais, colocando-as, como o próprio nome indica, à margem da sociedade. O facto é que estas famílias, como dizem Collins e Collins (1990), se vão sentindo cansadas, sem rumo, distanciando-se do problema sem procurar uma solução.

Desta forma, para se poder intervir com a criança, é também importante estabelecer uma relação com a família. A terapia multissistémica (T.M.S) é uma forma de se intervir que não se centra apenas na pessoa, mas envolve a família e comunidade (i.e., a escola e as instituições que estejam interrelacionadas com a criança e a família), uma vez que os problemas de comportamento podem estar associados às dificuldades sentidas em qualquer um destes sistemas (Henggeler, 2002). A T.M.S adopta um tratamento pragmático centrado no problema, incluindo terapia familiar estratégica, terapia familiar estrutural, treino comportamental dos pais e terapias cognitivo-comportamentais. Sempre que seja conveniente integra-se tratamento psicofarmacológico e psicossocial (Henggeler, 2002). A T.M.S fornece prestação de serviços em casa, atenuando, dessa maneira, a ausência das famílias nas reuniões. Existem objectivos estabelecidos entre os membros da família e os terapeutas reforçando a qualidade desta intervenção.

Uma outra forma de intervir sobre a problemática comportamental é apresentada por Webster-Stratton (2002). Os autores descrevem várias séries de treino para pais, professores e crianças com perturbações de comportamento, inseridas em programas de prevenção e intervenção precoce. Tendo em conta os resultados do presente estudo, esta intervenção precoce faz todo o sentido, devido à necessidade de se trabalhar, cada vez mais cedo, com este tipo de crianças. A intervenção precoce centra-se em programas de treino básico para pais, em que se pretende trabalhar as competências educacionais dos pais relacionadas com o jogo e o envolvimento com as crianças, o elogio/recompensa, a definição de limites e a disciplina. Passa também por trabalhar as competências interpessoais dos pais, como resolução de

problemas, gestão de sentimentos de raiva, comunicação, dar e receber. Contempla ainda um programa de treino educacional para pais, que visa envolvê-los na escola dos filhos, nas reuniões, na rotina de aprendizagem, no apoio aos trabalhos de casa, no estabelecimento de limites e no incentivo para a escola. O programa de intervenção precoce inclui, igualmente, um programa de treino para professores, que visa promover as competências de gestão de sala e de promoção do envolvimento dos pais. Por último, com a criança, trabalham-se as competências sociais (e.g., trabalho de grupo, cooperação/ajuda, comunicação), as competências de resolução de problemas (e.g., gestão de sentimentos de raiva, etapas de resolução de problemas) e a gestão do comportamento em sala de aula (e.g., obediência, saber escutar, parar-olhar-pensar-verificar e a concentração).

No estudo de caso apresentado neste trabalho, a intervenção feita com a criança desde há um ano e meio, vai no sentido de uma abordagem integrada, inserida nas várias dimensões da vida da criança, de maneira a atenuar a problemática comportamental. A criança tem sessões individuais de acompanhamento psicológico, no próprio jardim-de-infância, onde se pretende dar sentido aos seus sentimentos de raiva, tristeza, zanga, através do jogo simbólico e do desenho. Procura-se, de uma forma comportamental e pragmática, dar-lhe a conhecer novas formas de comportamento positivas, de relacionamento com os outros, havendo sempre uma ligação com a educadora e com os colegas, através de reuniões constantes onde se traçam objectivos de intervenção. Procura-se dar às educadoras competências para gerir a relação com a criança e a relação da criança com os colegas e, muito importante, mantém-se uma ligação frequente com a mãe, de maneira a que esta ganhe mais competências principalmente emocionais e educacionais.

Especialmente porque a principal trajectória do desenvolvimento das perturbações graves de comportamento na adolescência e idade adulta pode ter início no período pré-escolar (Campel, 1995, citado por Webster-Stratton, 2002) e porque as perturbações de comportamento se tornam cada vez mais resistentes com o tempo, é crucial a intervenção desde cedo para reduzir e prevenir os comportamentos desadequados. Foi nesse sentido que se abordou esta história de caso, não com o intuito de se generalizar, pois cada criança tem uma história de vida pessoal e única e um contexto de vida igualmente pessoal e único, passível de ser analisado como um todo.

Pode-se concluir do estudo feito, que esta criança apresenta perturbações de comportamento, tem dificuldades em gerir os seus sentimentos de medo, raiva, angústia e ansiedade, exteriorizando-os de uma forma impulsiva e desadequada, muitas vezes sem

limites e preocupação pelos direitos das outras crianças e por si própria. Contudo, foi igualmente perceptível que a qualidade da relação familiar, em que se destaca uma relação interparental conflituosa, uma relação parental com a criança de agressividade, de desinteresse, de falta de afecto e de falta de respostas adequadas às suas necessidades, especialmente emocionais, pode estar a influenciar negativamente o desenvolvimento de competências sociais na criança. Por sua vez, a criança comporta-se de acordo com as suas referências e com as defesas que foi adquirindo para se libertar do que a perturba. Por isso, é tão importante uma intervenção precoce, no sentido de dar novas referências a estas crianças e de as dotar de estratégias para conseguirem lidar de uma nova maneira com o que as rodeia. O objectivo deste estudo não passa, de maneira nenhuma, por reflectir sobre um caso com o intuito de generalizar, mas sim por despertar a atenção para as características que se podem encontrar de comum em cada criança com perturbações de comportamento e assim ser possível um conhecimento cada vez mais aprofundado desta problemática.

Muito se pode dizer relativamente a este tema e muito fica aqui por ser dito. Julga-se, por isso, pertinente colocar em prática investigações futuras, nomeadamente sobre a relação entre crianças com perturbações de comportamento e os seus pares, sobre as dificuldades que a escola e as educadoras apresentam em lidar com estas crianças e, porque não, sobre o grau com que a institucionalização destas crianças pode funcionar como factor de risco e/ou de protecção para o desenvolvimento ou prevenção de comportamentos anti-sociais.

### Limitações do estudo:

A primeira limitação que cabe apontar tem a ver com o facto de a amostra ter sido recolhida de forma intencional, havendo um pré-conhecimento da história do caso em questão. Teria sido enriquecedor incluir na amostra uma criança com perturbações de comportamento com características familiares diferentes, nomeadamente pais a viverem juntos, um estatuto socioeconómico mais elevado, para se verificar a existência de diferenças e semelhanças entre os casos.

O facto do projecto ter um período de tempo limitado, impediu a realização de um maior número de observações do comportamento da criança em contexto de sala. Não foi igualmente possível realizar observações da interacção mãe-criança no seu espaço natural. Uma outra limitação a apontar é o facto da perspectiva da figura paterna ter estado ausente deste trabalho. Finalmente, o facto de se ter optado pela realização de um estudo de caso pode suscitar, à partida, questões relacionadas com a subjectividade da avaliação e interpretação do investigador bem como a possibilidade de se generalizar os resultados.

Contudo, neste estudo, a preocupação por uma combinação de diferentes instrumentos, nomeadamente a aplicação do teste de relação familiar, a observação comportamental, a entrevista e a análise de documentos, recorrendo a técnicas de análise de conteúdo, contribuiu para ajudar a clarificar pormenores que poderiam passar despercebidos num estudo de tipo experimental, como os sentimentos e os comportamentos da criança, bem como a relação interparental e a relação parental. O facto de se ter recorrido a diferentes fontes de informação, de ter sido feita uma descrição, o mais pormenorizada possível, de todos os passos operacionais do estudo, permite a outros investigadores utilizarem os resultados como base para outras investigações.

## Referências

- Allen, F., & Ross, R. (2004). *DSM-IV-TR-Casos clínicos. Guia para o diagnóstico diferencial* (1ªed.). Lisboa: Climepsi Editores.
- Amato, R., & Creadle, J. (2008). Parental divorce, marital conflict and children's behavior problems. A comparison of adopted and biological children. *Social Forces*, 86, (3), 1139-1161.
- Bardin, L. (2004). *Análise de conteúdo*. (3.ª Ed.). Lisboa: Edições 70.
- Benavente, R. (s.d.). *Perturbações de comportamento na infância: Diagnóstico, etiologia, tratamento e proposta de investigação futura*. Comissão de Protecção de Crianças de Almada.
- Bene, E., & Anthony, J. (1985). *Family relations test: Children's version*. Oxford: The Nfer-Nelson publishing Co. LTD.
- Bléandonu, G. (1999). *As consultas terapêuticas pais-filhos*. (1.ªEd.). Lisboa: Climepsi Editores.
- Bowlby, J. (1973). *Attachment and loss. Vol. II: Separation: anxiety and anger*. New York: Basic Books.
- Bravo, M., & Eisman, B. (1998). *Investigación educativa*. (3.ª Ed.). Sevilha: Ediciones Altar.
- Brazelton, T., & Sparrow, J. (2006). *Compreender a agressividade na criança - o método Brazelton*. (1.ª Ed.). Lisboa: Editorial Presença.
- Child and adolescent conduct disorder. (2005, Abril). *Harvard Mental Health Letter*, 4-6.
- Collins, B., & Collins, T. (1990). Parent-professional relationships in the treatment of seriously emotionally disturbed children and adolescents. *National Association of Social Workers*, 35, (6), 522-527.

- Cruz, M.V. (1993). Provas de diagnóstico pré-escolar. In Cegoc-Tea (Ed.), *Colecção diagnóstico psicológico: Série testes pedagógicos N°1*, 3-28. Lisboa: Cegoc-Tea, LDA.
- Davies, P., & Cummings, E. (1994). Marital conflict and child adjustment: An emotional security hypothesis. *Psychological Bulletin* 116, (3), 387-411.
- Davies, P., Sturge-Apple, M., Winter, M., Cummings, E., & Farrel, D. (2006). Child adaptational development in contexts of interparental conflict over time. *Child Development*, 77, (1), 218-233.
- Diatkine, R., Lebovici, S., & Soulé, M. (1985). *Traité de Psychiatrie de L'enfant et de L'adolescent*. Paris: P.U.F.
- Dickstein, S. (1999). Confidence in protection: A development psychopathology perspective. *Journal of Family Psychology*, 13, 4, 484-487.
- Duché, D.J., Braconnier, A., & Khemici, M. (1979). Étude des comportements auto-mutilateurs chez enfants encéphalopathes sans langage. *Neuropsychiatrie de L'enfance*, 27, (12), 521-527.
- Emery, R., Waldron, M., Kitzman, K., & Aaron, J. (1999). Delinquent behavior, future divorce or nonmarital childbearing and externalising behavior among offspring: A 14-year prospective study. *Journal of Family Psychology*, 13, 568-579.
- Erickson, F. (1986). Qualitative methods in research and teaching. In M. C. Wittrok (Ed.). *Handbook of research on teaching* (3<sup>a</sup> ed., pp. 119-161). New York: Macmillan.
- Farrington, D. (1990). Implications of criminal career research for the prevention of offending. *Journal of Adolescence*, 13, 93-113.
- Farrington, D. (2005). Childhood origins of antisocial behavior. *Psychology and Psychotherapy*, 12, 177-190.

- Farrington, D., & Smith, C. (2004). Continuities in antisocial behavior and parenting across three generations. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 45, 230-247.
- Foley, D.L., Pickles, A., Simonoff, E., Maes, H. H., Silberg, J.L., Hewitt, J.K., & Eaves, L.J. (2001). Parental concordance and comorbidity for psychiatric disorder and associated risks for current psychiatric symptoms and disorders in a community sample of juvenile twins. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 42, (3), 381-394.
- Fonseca, A. (2002). *Comportamento anti-social e a família*. (1.<sup>a</sup> Ed.). Coimbra. Livraria Almedina.
- Fonseca, A., & Simões, A. (2002). A teoria geral do crime de Gottfredson e Hirschi: O papel do autocontrolo da família e das oportunidades. In A.C. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e família* (pp.245-267). Coimbra: Livraria Almedina.
- Garbarino, J. (1990). The human ecology of early risk. In S.J. Meisels. & J. P. Shonkoff. (Eds), *Handbook of early childhood intervention* (pp.78-96). Cambridge: Cambridge University Press.
- Ghigliore, R., & Matalon, B. (1992). *O Inquérito – Teoria e Prática*. Lisboa: Celta Editora.
- Goldsmid, R., & Carneiro, T. (2007). A função fraterna e as vicissitudes de se ter um irmão. *Psicologia em Revista*, 13, (2), 293-308.
- Gonçalves, E., Sá, L., & Caldeira, M. (2005). *Estudo de caso: Mestrado em educação supervisão e orientação pedagógica*. Lisboa. Faculdade de Educação de Lisboa.
- Grizenko, N., & Pawliuk, N. (1994). Risk and protective factors for disruptive behavior disorders in children. *American Journal of Orthopsychiatry*, 64, 4, 534-540.

- Harrington, H., Jaffee, S., Belsky, J., Moffit, T., & Caspi, A. (2006). When parents have a history of conduct disorder: How is the caregiving environment affected? *Journal of Abnormal Psychology, 115*, 4, 309-319.
- Henggeler, S. (2002). Terapia multissistêmica: Uma visão geral dos procedimentos clínicos, dos resultados, das pesquisas em curso e das implicações políticas. In A. C. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e família* (pp. 397-418). Coimbra: Livraria Almedina.
- Jackson, Y., Sifers, S., Warren, J., & Velasquez, D. (2003). Family protective factors and behavioral outcome: The role of appraisal in family life events. *Journal of Emotional and Behavioral Disorders, 11*, (2), 103-111.
- Johnson, H., Cournoyer, D., Fischer, A., McQuillan, B., Moriarty, S., Richert, A., Stanek, E., Stockford, C., & Yirigian, B. (2000). Children's emotional and behavioral disorders: Attributions of parental responsibility by professionals. *American Journal of Orthopsychiatry, 70*(3), 327-339.
- Johnston, C., & Freeman, W. (1997). Attributions for child behavior in parents of children without behavior disorders and children with attention deficit- hyperactivity disorder. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 65*, 4, 636-645.
- Johnstone, L., & Cooke, D. (2002). Psicopatologia dos pais e comportamento anti-social dos filhos. In A.C. Fonseca, M.F. Oliveira (Eds.), *Comportamento anti-social e família* (pp.317-343). Coimbra: Livraria Almedina.
- Kernberg, P., & Chazan, S. (1992). *Crianças com transtorno de comportamento: Manual de psicoterapias*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Le Blanc, M., & Janosz, M. (2002). Regulação familiar da conduta delinvente em adolescentes. In A. C. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e família* (pp.37-92). Coimbra: Livraria Almedina.

- Leal, I. (2004). *Entrevista Clínica e Psicoterapia de Apoio* (3ª Ed. revista). Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Lisi, A., & Lisi, R. (2007). Perceptions of family relations when mothers and fathers are depicted with different parenting styles. *The Journal of Genetic Psychology*, 168, (4), 425-442.
- Maccoby, E. (1983). Socialization in the context of the family: parent child interaction. In J. Wiley (Ed.), *Handbook of child psychology*, 4, (pp.1-101). New York.
- Marcelli, D. (2005). *Infância e Psicopatologia*. (1.ª Ed.). Lisboa: Climepsi editores.
- Marcelli, D., & Braconnier, A. (2005). *Adolescência e Psicopatologia* (1.ª Ed.). Lisboa. Climepsi Editores.
- Marktest. (2006). *Peso relativo das famílias monoparentais no total das famílias clássicas*. Recuperado em Abril, 21, 2008, através de [www.presidencia.pt](http://www.presidencia.pt).
- Matos, C. (2001). *A depressão* (1.ªEd.). Lisboa: Climepsi Editores.
- McCord, J. (1979). Some child-rearing antecedents of criminal behavior in adult men. *Journal of Personality and Social Psychology*, 9, 1477-1486.
- McCord, J. (2002). Forjar criminosos na família. In A. C. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e família* (pp. 15-36). Coimbra: Livraria Almedina.
- Moffit, T., & Caspi, A. (2002). Como prevenir a continuidade intergeracional do comportamento anti-social: Implicações da violência entre companheiros. In A. C. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e família* (pp. 373-396). Coimbra: Livraria Almedina.
- Mucchielli, L. (2002). Monoparentalidade, divórcio e delinquência juvenil: uma relação empiricamente controversa. In A. C. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e família*, 213-243. Coimbra: Livraria Almedina.

- Patterson, G., & Yoerger, K. (2002). Um modelo desenvolvimental da delinquência de início tardio. In A.C. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e família* (pp.93-155). Coimbra: Livraria Almedina.
- Pott, U., Haverkock, A., Pott, W., & Beckmann, D. (2007). Negative and emotionality, attachment quality and behavior problems in early childhood. *Infant Mental Health Journal* 28, (1), 39-53
- Punch, K. (1998). *Introduction to social research: Quantitative & qualitative approaches*. London: Sage Publications.
- Ruth, K., Alper, L., & Repacholi, B. (1993). Disorganized infant attachment classification and maternal psychosocial problems as predictors of hostile. Aggressive behavior in the preschool classroom. *Child Development*, 64, 572-585
- Rutter, M. (2003). Commentary: Causal processes leading to antisocial behavior. *Developmental Psychology*, 39, (2), 372-378.
- Shaw, D., Dishion, T., Suppler, L., Gardner, F., & Arnds, K. (2006). Randomized trial of a family-centered approach to the prevention of early conduct problems: 2- year effects of the family check-up in early childhood. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 174, (1), 1-9.
- Shek, D. (1996). Hong Kong parent's attitudes about marital quality and children. *The Journal of Genetic Psychology*, 157, (2), 125-135.
- Sorensen, P. (2005). Positions: Helping the fathers look through the child's eyes. *Journal of Child Psychotherapy*, 31, (2), 153-168.
- Stake, R. E. (1995). *The art of case study research*. Thousand Oaks, CA. Sage Publications.

- Stanhope, M. (1999). Teorias e desenvolvimento familiar. In M. Stanhope & J. Lancaster, (Eds.), *Enfermagem comunitária: Promoção de saúde de grupos, famílias e indivíduos*. (1.ª Ed.). Lisboa: Lusociência.
- Stattin, H., & Magnusson, D. (1996). Antisocial development: A holist approach. *Development and Psychopathology*, 8,617-645.
- Stayton, D. J., Hogan, R. & Ainsworth, M.D.S. (1971). Infant obedience and maternal behavior: The origins of socialization reconsidered. *Child Development*, 42, 1057-1069.
- van IJzendoorn, M. (2002). Vinculação, moralidade emergente e agressão: Para um modelo socioemocional e desenvolvimental do comportamento anti-social. In A.C. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e família* (pp. 268-299). Coimbra: Livraria Almedina.
- Wall, K. (2003). Famílias monoparentais. Sociologia, problemas e práticas. Consultado em Abril 21, 2008, através de [www.scielo.oces.mctes.pt](http://www.scielo.oces.mctes.pt)
- Wasserman, G., Ehrensatt, M., Verdelli, L., Greenwald, S., Miller, L., & Davies, M. (2003). Maternal antisocial behavior, parenting practises and behavior problems in boys at risk for antisocial behavior. *Journal of Child and Family Studies*, 12,(1), 27-40.
- Webster-Stratton, C. (2002). Anos incríveis- séries de treino para pais, professores e crianças: Programas de prevenção e intervenção precoce. In A. C. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e família* (pp. 419-474). Coimbra: Livraria Almedina.
- Wolfradt, U., Hempel, S., & Miles, J. N. V. (2003). Perceived parenting styles, depersonalization, anxiety, and coping behavior in adolescents. *Personality and Individual Differences*, 34, 521-532.
- Wymar, P. A., Cowen, E., Work, W. C., & Parker, G. R. (1991). Developmental and family milieu correlates of resilience in urban children who have experienced major life stress. *American Journal of Community Psychology*, 19, 405-426.

Yin, R. (1994). *Case study research: Design and methods*. (2.<sup>a</sup>Ed.). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

## **Anexos**

**Anexo A: Grelha de observação**

<b>Comportamento</b>	<b>Número de ocorrências</b>			
	<b>Jogo livre</b>	<b>Actividade orientada</b>	<b>Recreio</b>	<b>Refeição</b>
	Início: __h:__m Fim: __h:__m	Início: __h:__m Fim: __h:__m	Início: __h:__m Fim: __h:__m	Início: __h:__m Fim: __h:__m
• Levanta-se do lugar sem justificação				
• Diz à educadora que não quer fazer as actividades propostas				
• Risca os trabalhos dos colegas				
• Interrompe os colegas quando estão a falar				
• Não responde ao que lhe perguntam				
• Não empresta os materiais aos colegas				
• Chora quando não o deixam fazer o que quer				
• Diz que os outros são culpados quando faz algo de errado				
• Não quer comer				
• Bate na educadora				

• Bate nos colegas				
• Bate em si próprio				
• Grita				
• Atira-se para o chão				
• Derruba objectos				
• Atira objectos				
• Corre pela sala				
• Sai da sala e foge				
• Vagueia pela sala				
• Brinca sozinho				
• Pede ajuda aos colegas				
• Pede ajuda à educadora				
• Olhar vago para o que o rodeia				
• Faz os trabalhos concentrado				
• Não pára quieto na cadeira				
• Bate com os talheres na mesa				
• Come muito depressa				
• Educadora tem de lhe dar a comida				
• Os colegas gozam com ele				
• Colegas não lhe emprestam os materiais				
• Conversa com os				

colegas				
• Deita-se debaixo da mesa				
• Arruma os materiais				

**Anexo B: Entrevista feita à mãe**

## ENTREVISTA À MÃE

Idade da Mãe: 49

Habilitações literárias: 4ª classe

Profissão: doméstica

Idade do Pai: 37

Habilitações literárias: 8º ano

Profissão: ladrilhador

Número de filhos: 1 (mãe tem mais um filho do casamento anterior com 29 anos)

Agregado familiar: Mãe e filho

Situação conjugal: separada

**Relação Parental:****- Gostaria que me referisse desde quando está separada?**

“Quase nunca estivemos juntos, era uma relação muito instável, estávamos uns tempos, depois já não estávamos...mesmo depois de ele ter ido para Espanha, quando vinha cá, só havia discussões.”

**- Quanto tempo esteve casada/ viveu maritalmente?**

“ Vivemos um ano e pouco, com muitas discussões quando o ... nasceu.”

**- Gostaria que me dissesse quais as maiores dificuldades que sentiu, enquanto casal, ao longo desse tempo.**

“ Nunca sabia como ele reagia e como chegava a casa, era muito instável, talvez devido às depressões. Há alturas que parece um Deus, outras, um diabo.”

“ Quando estava bem agarrava-se a mim, outras alturas tinha olhos de raiva. O ... é parecido”.

**- Quando tomaram a decisão de se separar que dificuldades sentiu? Gostaria que me exemplificasse, tanto a nível pessoal, como a nível familiar.**

“ Quanto a mim não senti dificuldades, não queria viver mais aquela vida. O meu filho sente-se revoltado, não quer falar com o pai ao telefone. Eu penso que ele pensa assim: “Abandonaste-me, agora é assim.” Ele não se preocupa se o filho passa fome ou não, isso para mim não é amor, eu digo-lhe: o teu filho não enche barriga só com amor. Digo-lhe que ele na minha casa não entra mais, só para ver o filho.

**- Passaram por tentativas de reaproximação?**

“Sim, mas não quero mais embrulhos...”. “Ele era agressivo, chamava-me nomes, bateu-me para aí umas três vezes, eu chamei a polícia sem ele saber e nunca mais fez isso. O meu anterior marido era igual.

**- Desde a separação com quem vive a criança?**

“Comigo.”

**- Com que frequência está com o pai?**

“ Uma vez por ano. Quando o pai vem, o... fica mais mal comportado, anda sempre atrás do pai, diz que ele é que manda e o pai farta-se depressa e diz-lhe que já está farto de o aturar, o que diria eu?!”

**- Gostaria que me referisse o que mudou no seu dia a dia desde que estão separados e na relação com o seu filho. Pode dar-me exemplos de situações que tenham melhorado, outras que sejam mais difíceis de lidar?**

“ Para mim melhorou tudo... já não estou preocupada como ele chega a casa, ando mais calma e mais sossegada. Embora tenha de trabalhar mais.”

**Relação pais/filho:**

**Gostaria agora que se pensasse na relação como o seu filho:**

**- Foi uma criança desejada/planeada, por ambos?**

“ Sim, fizemos os possíveis para engravidar. O... é a única pessoa que não tem culpa por cá estar, terei eu de fazer sacrifícios por ele.” (fala com um tom e ar de sobrecarga)

**- Qual ou quais as maiores angústias e dificuldades sentidas pelos pais ao longo da gravidez?**

“ Andei sempre muito nervosa, o... deve ter vindo assim por isso. Ele quis o filho mas depois parecia que tinha ciúmes e ficou agressivo.

**- Como descreveria o seu filho em bebé? (muitas birras, chorão, meigo, simpático, etc.)**

“ Em pequeno comia, dormia, comia, estava quase sempre dentro do parque, só chorava quando a chucha caía.”

**- Desde que o seu filho nasceu, toda a fase de crescimento até agora, quais as maiores dificuldades que tem vivido e sentido?**

“O facto dele estar revoltado com toda a situação, ser mais agitado e mal criado. Apesar de quando eu choro ele vem sempre pedir desculpa, eu digo: estás a ver o que fizeste à mamã.”

**- E as maiores alegrias?**

Gosto de tudo o que ele faz, acho graça à maneira dele. Já o irmão era assim refilão. O ... não deixa o irmão mandar nele, “ ele não manda em mim, tu é que mandas.” O irmão mais velho nunca quis que eu tivesse outro filho, é ciumento mas esquece-se que também era assim.”

**- Hoje em dia quais as características mais marcantes do seu filho?**

“Muito refilão, nunca está contente, chama-me nomes e alça a mão. O meu outro filho diz que ele vai ser fresco quando crescer e que me vai bater. Se me bater parto-lhe um braço (ri-se). É mais agitado que antes, mas já não faz tantas birras quando não tenho dinheiro para comprar o que ele quer.”

**-Gostaria agora que me descrevesse o dia a dia com o seu filho. (momentos do dia mais difíceis, momentos de partilha...)**

“Durante o dia não estou com ele, está no infantário das 8h às 19h. À noite enquanto ele vê os desenhos faço o comer, ele come e vai para a cama. Nos fins-de-semana vamos para o avô, cava no quintal e vê filmes.”

**- Como costuma acompanhar o seu filho nas tarefas escolares?**

“Não acompanho. Para o ano ele vai para a escola, espero não ter de fazer nada e que ele vá com tudo feito para casa, por isso é que vai para o A.T.L. Lá fazem as coisas todas não fazem?”

**- Quais as dificuldades que sente?**

“Uma pessoa depois do trabalho não tem paciência.”

**- E as actividades do seu filho? Consegue acompanhá-las e ter controlo sobre as mesmas? O que faz durante o dia, com quem está, onde está, os seus amigos...**

“Durante o dia está sempre com a turminha dele. De resto está sempre comigo.”

**- Algumas crianças sentem que os pais não as valorizam, ou que não lhes dão atenção. Como pensa que o seu filho se sente?**

“ Quanto a mim acho que o valorizo, às vezes diz, “eu sou mau, não sou?” eu digo-lhe que é traquina e pode melhorar. Quanto ao pai sente que não é valorizado, eu digo-lhe que o pai está a ganhar dinheiro, ele pergunta porquê se não nos ajuda.”

**- Em relação às regras, que dificuldade sente em colocar limites ao seu filho?**

“ Ele é terrível, é muito difícil, muito teimoso.”

**- Como costuma fazer?**

“ Tenho de o pôr de castigo e às vezes leva. Procuro sempre não castigar, tenho de levantar a voz. Eu também quero ver as minhas coisas, não pode ser só o que ele quer. Às vezes tira-me do sério.”

**- Normalmente as crianças têm dificuldade em lidar com as regras e confrontam os pais. Como sente que o seu filho lida com as regras, principalmente as que são impostas por si?**

“ Fica revoltado, diz: “és mesmo má...”. Sou má? Quem é que está a ser mau? Eu sou a mãe, tens de fazer o que eu mando. O pai batia-lhe em todo o lado, mesmo quando está cá agora dois ou três dias com ele, bate-lhe muito. Eu não gosto, a única que lhe pode bater sou eu, mas raramente o faço e não é em todo o lado.”

**- Gostaria agora que me descrevesse algumas actividades que partilha com o seu filho.**

“ Limpamos a casa. Ele prefere brincar com os adultos do que com as crianças.”

**- Frequentemente, os pais apresentam uma certa dificuldade em comunicar com os filhos. No seu caso, partilha dessas dificuldades? Em que sentido?**

“ Comunico bem com ele, somos só nós. Se eu fizer entender as coisas ele entende. Às vezes tenho de gritar mais e tal (ri-se).”

**- Considera que o seu filho tem problemas de comportamento?**

“ É traquina... Se formos a ver tem.”

**-Quais são as consequências que sente no seu dia a dia e na relação com o seu filho, devido ao seu comportamento mais problemático?**

“ Fico cansada, quando está mais alguém ainda é pior. Às vezes desaparece e fico aflita, está sempre a esconder-se. Depois leva. Mas se tiver só comigo não me chateia tanto.”

**- Como é que se sente perante o comportamento do seu filho?**

“ Já estou acostumada, já não me afecta. Quando dizem na escola que ele se portou mal fico triste. Mas não é só ele, há piores na sala, muito mal-educados.”

**- Gostaria que me desse um exemplo de uma atitude, uma palavra ou um gesto que o seu filho tenha tido e que a tenha marcado?**

“ Não me lembro.”

**- Gostaria que me desse um exemplo de uma atitude, uma palavra ou um gesto da vossa parte, que pensa que tenha marcado o vosso filho?**

“ Uma vez que lhe bati mais e ficou sentido comigo. Raramente bato, procuro falar. No outro dia bati-lhe ficou com a mão marcada no joelho: é o que às vezes fazes à mãe, magoas-me”.

**- Para finalizar, como julgam que o seu filho a vê e sente como mãe?**

“ Vê-me como uma mãe querida. Diz “gosto muito de ti, és muito minha amiga.”

### **Relações Familiares:**

**-Gostaria que me descrevesse se possível como é a sua relação com os restantes familiares? (avós da criança, tios, primos, etc...)**

“ Não frequento muito as casas. Da minha mãe e mãe do pai dele, vamos de vez em quando.”

**-Qual a pessoa na família que constitui o suporte familiar?**

“ A minha mãe, ex-sogra e irmã mais velha, mas mesmo assim não é nada de especial.”

**- Quais as relações mais fortes entre os membros da família?**

“ Não sei...”

**- Quais as relações mais importante para o seu filho na família?**

“ Ele gosta de todos, gosta de ir para a casa de todos.”

### **Saúde dos pais e comportamento anti-social:**

**Relativamente a questões de saúde, gostaria de lhes colocar algumas perguntas:**

**-Alguma vez estiveram hospitalizados? Recordam-se qual o motivo?**

“ Nunca tive hospitalizada. O pai dele esteve por esgotamento e depressões.”

**-Têm necessidade de tomar alguma medicação específica?**

“ Não.”

**-Na família recordam-se de ter existido ou existir alguma situação mais difícil relacionada com o abuso de álcool e/ou de drogas?**

“ O pai dele fuma charros, o que lhe alterava o comportamento, tornava-se mais agressivo.”

**-Os pais ou alguém na família passaram por alguma depressão? Ou em algum momento sentiram necessidade de um acompanhamento psicológico e ou psiquiátrico?**

“ O pai dele, mas nunca quis acompanhamento. A irmã do pai também tem esses problemas, é muito instável. Eu só sou teimosa.”

**-Ainda relativamente à família, recordam-se de ter havido ou haver alguém com alguns comportamentos problemáticos, difíceis? (brigas/roubo/fugas de casa/ comportamentos agressivos/ que tenha estado preso?**

“Não, não me lembro.”

**- Quem é a pessoa mais saudável na família?**

“ Eu, o meu filho e o pai dele.”

**- Quem é a pessoa com mais sucesso na família?**

“ Todos somos pobres, para ter sucesso acho que é preciso ter dinheiro para tudo o que se quer.”

## **ANEXO C: Construção de categorias e subcategorias**

Relação parental

Tipo de relação:

De Agressividade:

“ Há alturas que parece um Deus, outras, um diabo.”

“ Quando estava bem agarrava-se a mim, outras alturas tinha olhos de raiva.”

“ Ele era agressivo, chamava-me nomes, bateu-me para aí umas três vezes.”

De Rivalidade:

“Quando o pai vem o ... fica mais mal comportado.”

“ Anda sempre atrás do pai, diz que ele é que manda, mas o pai farta-se depressa e diz-lhe que já está farto de o aturar, o que diria eu?!?”

“ O meu filho sente-se revoltado, não quer falar com o pai ao telefone, eu penso que ele pensa assim: “ Abandonaste-me, agora é assim.”

Conflituosa/Instável:

“... Era uma relação instável...”

“... Mesmo depois dele ter ido para Espanha, quando vinha cá, vinha para casa, só havia discussões.”

“Vivemos um ano e pouco, com muitas discussões, quando o... nasceu.”

“ Nunca sabia como ele reagia e como chegava a casa, era muito instável.”

“ Digo-lhe que ele na minha casa não entra mais, só para ver o filho.”

“ Ele não se preocupa se o filho passa fome ou não, isso para mim não é amor. Eu digo-lhe que o filho não enche barriga só com amor.”

Ausência de Relação:

“ Quase nunca estivemos juntos.”

“ Estávamos uns tempos depois já não estávamos.”

“ Não quero mais embrulhos.”

“... Já não estou preocupada quando ele chega a casa, ando mais calma e mais sossegada.”

Relação Mãe/filho

Tipo de Relação:

Puramente Funcional:

“ O... é a única pessoa que não tem culpa por cá estar, terei eu de fazer sacrifícios por ele.”  
(fala com um sentimento de sobrecarga)

“ Em pequeno comia, dormia, comia, estava quase sempre dentro do parque, só chorava quando a chucha caía.

“ Já não faz tantas birras quando não tenho dinheiro para comprar o que ele quer.”

“ Durante o dia não estou com ele, está no infantário das 8h às 19h. À noite enquanto ele vê os desenhos, faço o comer, come e vai para a cama. Nos fins-de-semana vamos para a avó, cava no quintal e vê filmes.”

“Limpamos a casa e vamos à praia.”

De Dominação:

“... Eu sou mãe, tens de fazer o que eu quero.”

“ O pai batia-lhe em todo o lado, mesmo quando está agora 2 ou 3 dias com ele bate-lhe muito.

“ Eu não gosto, a única que lhe pode bater sou eu, mas raramente o faço e não é em todo o lado.”

De Agressividade:

“... Apesar de quando eu choro ele vem sempre pedir desculpa, eu digo: Estás a ver o que fizeste à mamã?”

“... O meu outro filho diz que ele vai ser fresco quando crescer e que vai-me bater. Se me bater parto-lhe um braço (ri-se).”

“Muito retilão e nunca está contente.”

“Ele é terrível, é muito difícil, muito teimoso.”

“Fica revoltado e diz, “és mesmo má...”, sou má, quem é que está a ser mau?”

“No outro dia bati-lhe ficou triste, ficou com a mãe marcada no joelho, é o que às vezes fazes à mãe...”

“Às vezes tira-me do sério.”

De Desinteresse:

“Não acompanho. Para o ano que ele vai para a escola espero que não ter de fazer nada e que ele vá com tudo feito para casa, por isso é que vai para o A.T.L. Lá fazem as coisas todas, não fazem?”

“Uma pessoa depois do trabalho não tem paciência.”

“Quanto ao pai sente que não é valorizado, às vezes diz: não lhe vou fazer favor, nem portar bem, ele não me liga.”

“... Porque nos deixou? Não nos ajuda.”

“É traquina...se formos a ver tem.”

“Já estou acostumada, já não me afecta.”

“Não me lembro.”

“ Mas se tiver só comigo, não me chateia tanto.”

De Ambivalência:

“ Tenho de o pôr de castigo e às vezes leva. Procuro sempre não castigar, tenho de levantar a voz. Eu também quero ver as minhas coisas, não pode ser só o que ele quer.”

“ Comunico bem com ele, somos só nós. Se eu fizer entender as coisas ele entende. Às vezes tenho de gritar mais e tal.” (ri-se)

“ Às vezes desaparece e fico aflita, está sempre a esconder-se, depois leva.”

“ Uma vez que lhe bati mais e ficou sentido comigo. Raramente bato, procuro falar.

De Amor:

“ Vê-me como uma mãe querida. Diz: Gosto muito de ti, és muito minha amiga.”

Relações Familiares

Tipo de Relação:

De Desinteresse:

“ Não frequento muito as casas. Da minha mãe e mãe do pai do...vamos de vez em quando.”

“ A minha mãe, ex-sogra e irmã mais velha, mas mesmo assim não é nada de especial.”

“ Não sei.”

De afectos:

“ Ele gosta de todos, gosta de ir para a casa de todos.”

## **Anexo D: Descrições feitas pelas educadoras**

### *Descrição da educadora relativamente ao comportamento da criança em 2006/ 2007*

Segundo a educadora o ...apresenta comportamentos desadequados e agressivos dentro da sala. Explica que em determinados momentos o ... ficava muito agitado, irrequieto, que derrubava cadeiras, principalmente nas actividades orientadas. A educadora diz ainda que em momentos de maior crise, o ... chegava a morder-se, bater com a cabeça nas paredes e agredir-se com cordas. Sempre que a educadora o tentava acalmar, o ... verbalizava que ela não gostava dele e pedia-lhe para ela o bater, em vez de lhe dar beijinhos.

A educadora queixava-se também da sala ficar completamente perturbada com os seus comportamentos, já não sabia o que fazer pois os pais das crianças queixavam-se de que os filhos andavam mais agitados, percebiam que o ambiente estava diferente.

Segundo a educadora, a mãe da criança mostra-se despreocupada relativamente à situação comportamental do filho, desvalorizando o seu comportamento e referindo que é apenas teimoso e tem muito mimo. A educadora refere ainda que, por vezes, a mãe é demasiado severa com a criança, batendo-lhe e gritando de forma excessiva. Diz ainda que quando o pai volta de Espanha os comportamentos da criança pioram no infantário.

*Descrição da educadora relativamente ao comportamento da criança em 2007/ 2008*

De acordo com a educadora a criança continua a apresentar comportamentos desadequados. “ O ... bate nos colegas, mas principalmente quando estes o provocam, nos momentos em que parece mais angustiado quer bater em si próprio, sendo-me muito difícil impedi-lo. Morde-se, morde os objectos, atira com os objectos e foge da sala escondendo-se. Sinto que desde o início do ano ele tem vindo a melhorar as suas atitudes, mas quando é confrontado com um não, quando não é feito o que ele quer, fica mais agitado e sem controlo nos seus comportamentos” (citado pela educadora). Para a educadora a maior dificuldade que tem sentido é lidar directamente com o comportamento da criança e com o mau ambiente que os seus comportamentos causam no resto da sala. As dinâmicas diárias das actividades são sempre difíceis de gerir.

Segundo a educadora, a nível familiar percebe que há uma grande instabilidade, a mãe parece estar desinteressada quanto aos problemas comportamentais do filho, chegando a dar o remédio ao filho que o pedopsiquiatra receitou só quando acha necessário. A educadora também refere que quando o pai está com a criança os seus comportamentos pioram.

Relativamente às capacidades de aprendizagem, a educadora diz que a criança nem sempre está concentrada a fazer a tarefa e que está sempre a chamar a sua atenção, no sentido de lhe perguntar se está bem feito.